

# I ENCONTRO TÉCNICO SOBRE REFORMA TRIBUTARIA » PARA MUNICÍPIOS

AÇÕES IMEDIATAS PARA ADEQUAÇÃO À NOVA LEGISLAÇÃO



25  
ANOS

ESCOLA SUPERIOR DE CONTAS  
BENEDICTO SANT'ANA  
DA SILVA FREIRE

COMISSÃO PERMANENTE DE  
SUSTENTABILIDADE FISCAL  
E DESENVOLVIMENTO

tce  
mt

# REFORMA TRIBUTÁRIA DE 2024/2025

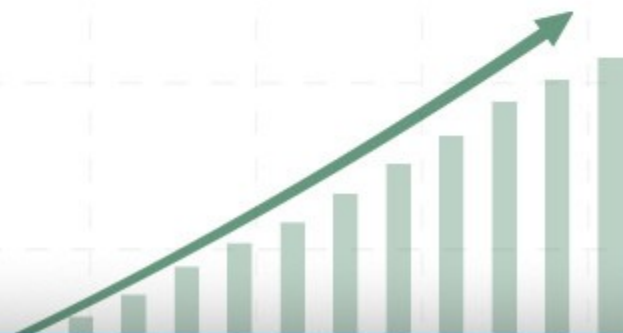
Impactos e Questões para os próximos 10 anos

## Alterações da EC nº 132/2023 (LC nº 214/2025 e PLP 108) na Tributação Sobre o Consumo e os Impactos Para o Federalismo Fiscal



**Ricardo Almeida**  
UERJ | EMERJ | ABDF | PGM-Rio | ABRASF

29 de setembro de 2025





# REFORMA TRIBUTÁRIA DE 2024/2025

## Impactos e Questões para os próximos 10 anos

**Alterações da EC nº 132/2023 (LC nº 214/2025 e PLP 108) na Tributação Sobre o Consumo e os Impactos Para o Federalismo Fiscal**

### Índice:

1. FEDERALISMO. ORGANICIDADE E IMPORTÂNCIA DOS MUNICÍPIOS NO BRASIL.
2. ANÁLISE RETROSPECTIVA DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL: CRISES E RISCOS
3. ASPECTOS ESTRUTURAIS DA REFORMA TRIBUTÁRIA DE 2024/2025
4. PONTOS DE ATENÇÃO E OPORTUNIDADES
5. CONCLUSÕES



## 1. FEDERALISMO. ORGANICIDADE E IMPORTÂNCIA DOS MUNICÍPIOS NO BRASIL

### Financiamento do Estado Brasileiro e o Federalismo Fiscal

- **Extensão Territorial**
- **Diversidades Culturais**
- **Desigualdades Regionais**





# 1. FEDERALISMO. ORGANICIDADE E IMPORTÂNCIA DOS MUNICÍPIOS NO BRASIL

## Municípios: Organicidade e Importância Constitucional

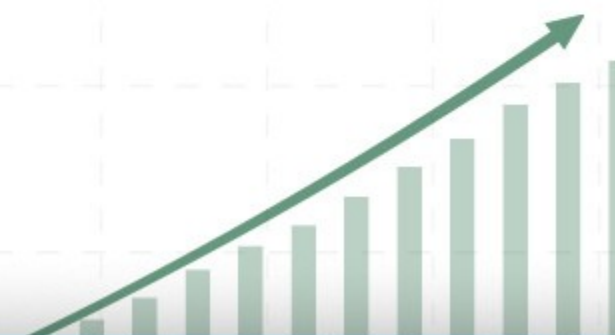
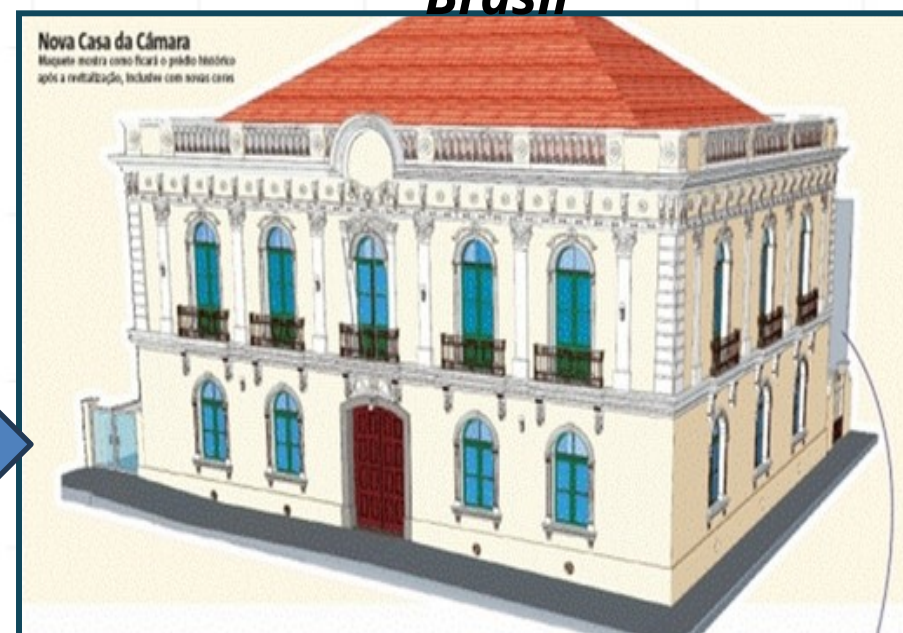
1. Câmara de Vereadores: Primeiras instituições de organização juspolítica do país

### PERÍODO COLONIAL

Governador-Geral



### Câmaras Municipais *Primeira Instituição Juspolítica do Brasil*



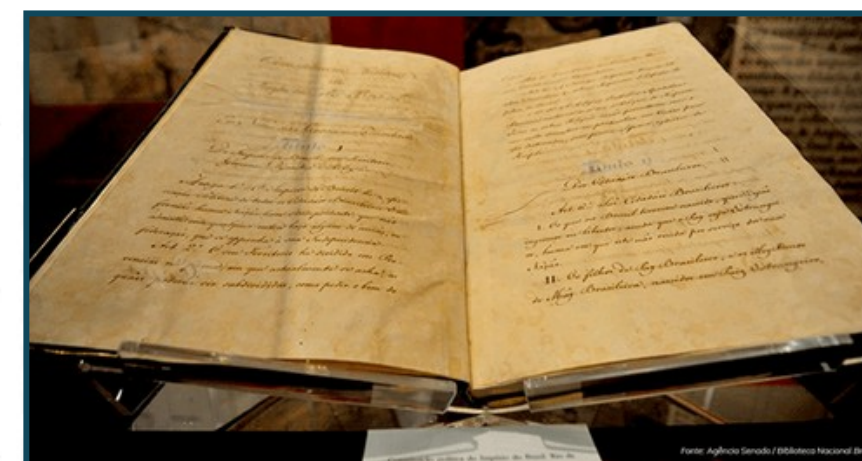


# 1. FEDERALISMO. ORGANICIDADE E IMPORTÂNCIA DOS MUNICÍPIOS NO BRASIL

## Municípios: Organicidade e Importância Constitucional

**CONSTITUIÇÃO DE 1824: "NOS REQUERIDOS OS POVOS DESTE IMPÉRIO, JUNTO EM CÂMARAS"**

"DOM PEDRO PRIMEIRO, POR GRAÇA DE DEOS, e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional, e Defensor Perpetuo do Brazil : Fazemos saber a todos os Nossos Subditos, que **tendo-Nos requeridos os Povos deste Imperio, juntos em Camaras**, que Nós quanto antes jurassemos e fizessemos jurar o Projecto de Constituição, que haviamos offerecido ás suas observações para serem depois presentes á nova Assembléa Constituinte mostrando o grande desejo, que tinham, de que elle se observasse já como Constituição do Imperio, por lhes merecer a mais plena approvação, e delle esperarem a sua individual, e geral felicidade Politica : Nós Jurámos o sobredito Projecto para o observarmos e fazermos observar, como Constituição, que dora em diante fica sendo deste Imperio a qual é do theor seguinte:"





# 1. FEDERALISMO. ORGANICIDADE E IMPORTÂNCIA DOS MUNICÍPIOS NO BRASIL

## Municípios: Organicidade e Importância Constitucional

### LABORATÓRIO FEDERATIVO: CONTRIBUIÇÕES PARA A EVOLUÇÃO DO ESTADO E DA SOCIEDADE

#### PERÍODO IMPERIAL

##### Primeira Declaração de Direitos Cíveis e Políticos (1824)

Frei Caneca publica e a defende a partir da “Confederação do Equador”, instalada na Câmara Municipal do Recife (que declarou independência) – citado por Evaldo Cabral de Mello (A outra independência: Federalismo Pernambucano de 1817-1824)

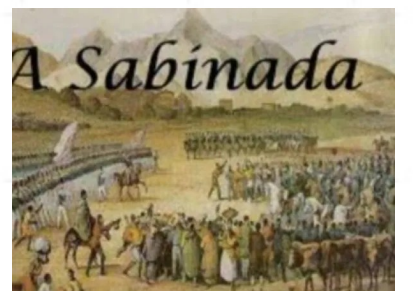


Constituição Democrática e Liberdades: República Local (Câmara Municipal de Belém/PA

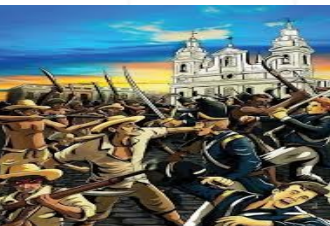
(Revolução da Cabanagem

1834)

**Diversidade de identidades políticas e sociais** - profissionais liberais, classes médias, militares sub-oficialato, artesãos, escravizados libertos, etc. (SABINADA, Câmara Municipal de Salvador/BA – 1857)



Declaração Constitucional do fim da Escravização e de valores democráticos (Constituição da República Juliana - Revolução Farroupilha) – 1839 (muito antes da Lei Provincial do Ceará, de 1884).



# 1. FEDERALISMO. ORGANICIDADE E IMPORTÂNCIA DOS MUNICÍPIOS NO BRASIL

## Municípios: Organicidade e Importância Constitucional

### LABORATÓRIO FEDERATIVO: CONTRIBUIÇÕES PARA A EVOLUÇÃO DO ESTADO E DA SOCIEDADE REPÚBLICA

1ª fase – REPÚBLICA OLIGÁRQUICA (Militarismo + Oligarquias Estaduais): sufocam os municípios, tornando-os engrenagens dos poderes centrais e estaduais



2ª fase (Era Vargas): Intervenção formal-institucional nos Municípios (Decreto 19.398/30)



3ª Fase (Constituição de 1946): recuperação da autonomia municipal (política e financeira)



Primeiros passos do Federalismo Cooperativo no Brasil

4ª Fase (Regime Militar): Nova intervenção formal-institucional nos Municípios

(Atos Institucionais 3 e 4/1966 – Prefeitos e Governadores Biônicos, v.g.)

5ª Fase (Constituição de 1988): recuperação e valorização da autonomia

**municipal. Inovações:** orçamentos participativo; desenvolvimento vocações locais; integração público-privado; capilaridade da gestão administrativa; tecnologias de gestão e de informação; governos digitais, etc.

**Degradações:** centralização de receitas financeiras e de programas de transferências e multiplicação de municípios, com criação de assimetrias profundas: colocando nos pontos desse espectro “Municípios Autônomos” de um lado e de outro “Municípios-Autarquias Territoriais”.





# 1. FEDERALISMO. ORGANICIDADE E IMPORTÂNCIA DOS MUNICÍPIOS NO BRASIL

## Municípios: Organicidade e Importância Constitucional

### CONSTITUIÇÃO DE 1988

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela **união** indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

A “**União**” NÃO é ente constituente da República Federativa do Brasil. É resultante ou resultado. **Municípios sim, são constituintes primeiros e ontológicos do Estado brasileiro.**

[Vide livro: Estado Federal e Tributação: das Origens à Crise Atual. Capítulo: Federalismo Fiscal, Eficiência e Legitimidade: O Jurídico Para Além do Formalismo Constitucional (Ricardo Almeida Ribeiro da Silva)]

Princípio Federativo  
= “*foedus*” - união



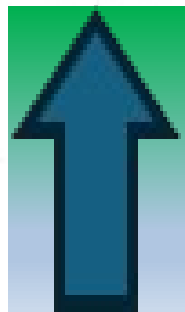


# 1. FEDERALISMO. ORGANICIDADE E IMPORTÂNCIA DOS MUNICÍPIOS NO BRASIL

## Municípios: Organicidade e Importância Constitucional

**AMBIGUIDADES:** SUBSDIARIEDADE DE “BAIXO PRA CIMA” OU DE “CIMA PRA BAIXO”?

### BOTTOM-UP



“Poderes excepcionais” no Maranhão e no Pará (João Francisco Lisboa)

“Estado no Estado” (João Lúcio de Azevedo)

“Importância para a formação de convicções políticas locais” nas Minas Gerais

(Joaquim Felício dos Santos, Oliveira Viana e Américo Jacobina Lacombe).

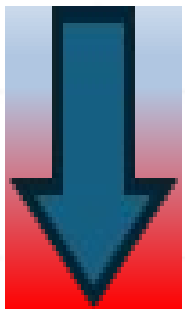
“Elo fundamental entre a população e os órgãos da administração portuguesa”

(Caio Prado Jr.)

Um dos pilares que sustentavam o Império português (Charles Boxer)

Locais prioritários da “negociação política” de temas locais-nacionais

(Evaldo Cabral de Melo e Maria Fernanda Bicalho)



### TOP-DOWN

“Poderes locais” em regra uma engrenagem do Poder Régio e, depois, do Poder Central da União ou das Províncias/Estados (Raymundo Faoro e Capistrano de Abreu)





## 2. ANÁLISE RETROSPECTIVA DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL: CRISES E RISCOS

# Tributação do Consumo no Brasil

## Sistema Tributário Atual (1965-2025)

10 anos iniciais de profunda crise e ajustes estruturais

40 anos de (tentativas) de estabilização: sucessos e fracassos





# SISTEMA TRIBUTÁRIO ATUAL (1965-2024): CRONOLOGIA DAS CRISES E DOS REMÉDIOS

## Dificuldades de Fiscalização

- **REESTRUTURAÇÃO DO FATO GERADOR DO ICMS/ISS**
  - Fim do ICM Municipal (**1968**)
  - Fim da preponderância 75/25% para definir ICM ou ISS (**1968**)
  - Lista de serviços (**1968**) pelo DL 406/68 revogando o art. 71 do CTN)
- **ABANDONO DO IPI** (pela União) e revogação do **IVVC** (aprovado pela Constituição de 1988)
- **SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA:**
  - **Pilotos da ST no Rio e Pernambuco para viabilizar a cobrança do ICM em cadeias atomizadas**
  - **Multiplicação de hipóteses ( + 1000) e MVA**

## Gerra Fiscal

- **UNIFORMIZAÇÃO DE INCENTIVOS FISCAIS**
  - LC 24/75 exigindo unanimidade para concessão de incentivos fiscais de ICM

## Dificuldades de Fiscalização + Guerra Fiscal

- **REFORMA DO ISSQN: LC 116/2003**

## Redução de Carga Tributária e Redução dos custos de conformidade fiscal

- **IMPOSTO ÚNICO SOBRE O CONSUMO: SIMPLES NACIONAL**
  - **Unificação SIMPLES NACIONAL (LC 123/2006)**





# REFORMAS TRIBUTÁRIAS (BRASIL) => **Aumento** Histórico de Carga Tributária

## Reformas Tributárias estruturais nominadas:

1934 – nova Constituição/Vargas

1946 – nova Constituição/Dutra (< Municípios)

1965/1967 – Reforma Tributária Estrutural (EC 18/65 – CTN)

1988 – **Recepção do STN** anterior + agregação dos **impostos especiais** de consumo (da União) **no ICMS**

## Reformas Tributárias estruturais inominadas:

1900 – Aumento das alíquotas e da arrecadação do imposto de importação (que respondia por mais de 50% da arrecadação do governo federal)

1924/27 – Introdução do Imposto de Renda no Brasil (compensando a crise do café e a diminuição de importações correspondentes)

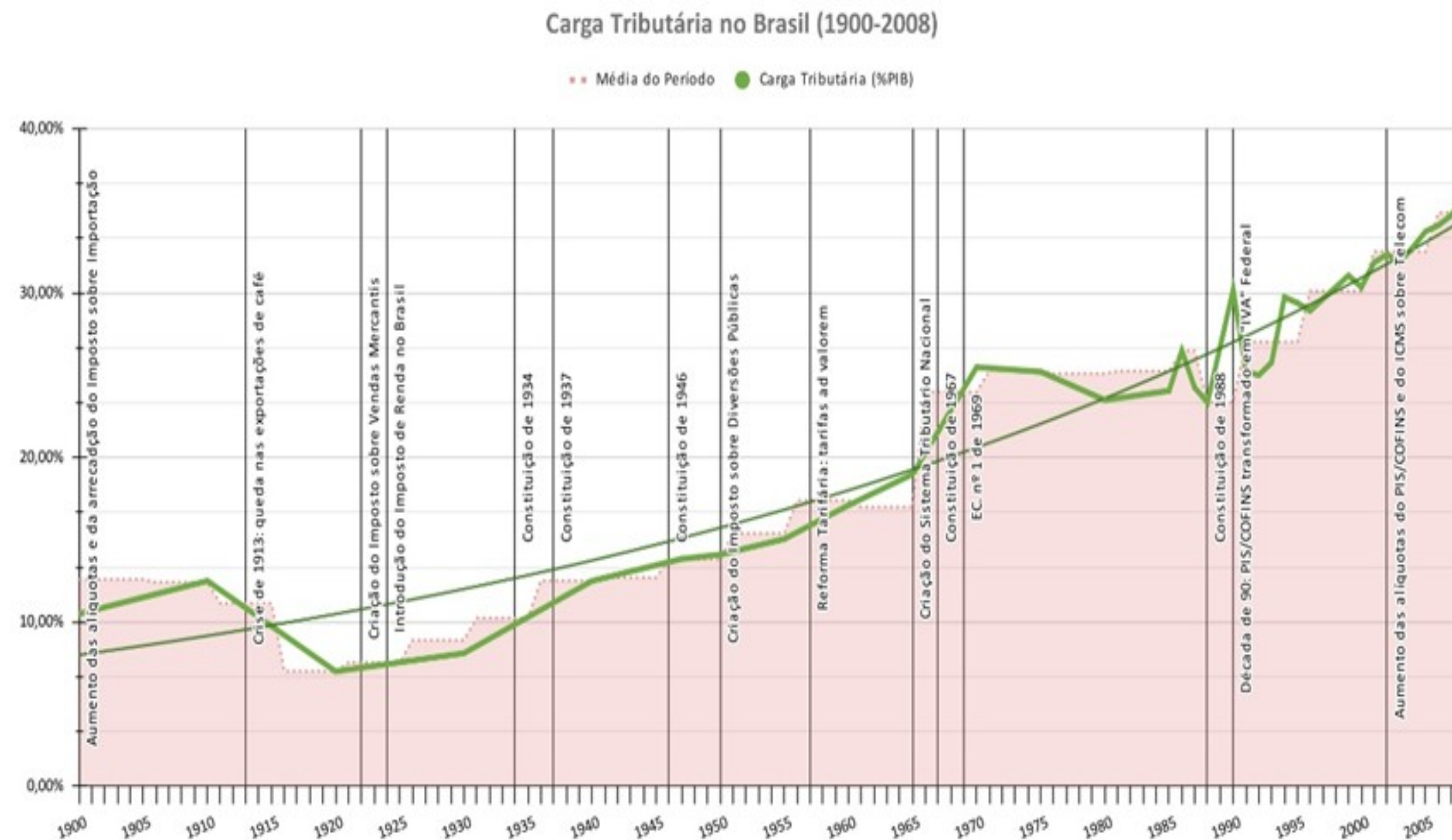
1950 – Pós-guerra: aumento da tributação do consumo no Brasil (impostos sobre diversões públicas)

**Década de 90** – transformação PIS/COFINS: **grande IVA Federal**

2002/2003 – Aumento das alíquotas do PIS/COFINS (não-cumulatividade) e do ICMS (commodities e serviços públicos)

2006 – Simples Nacional

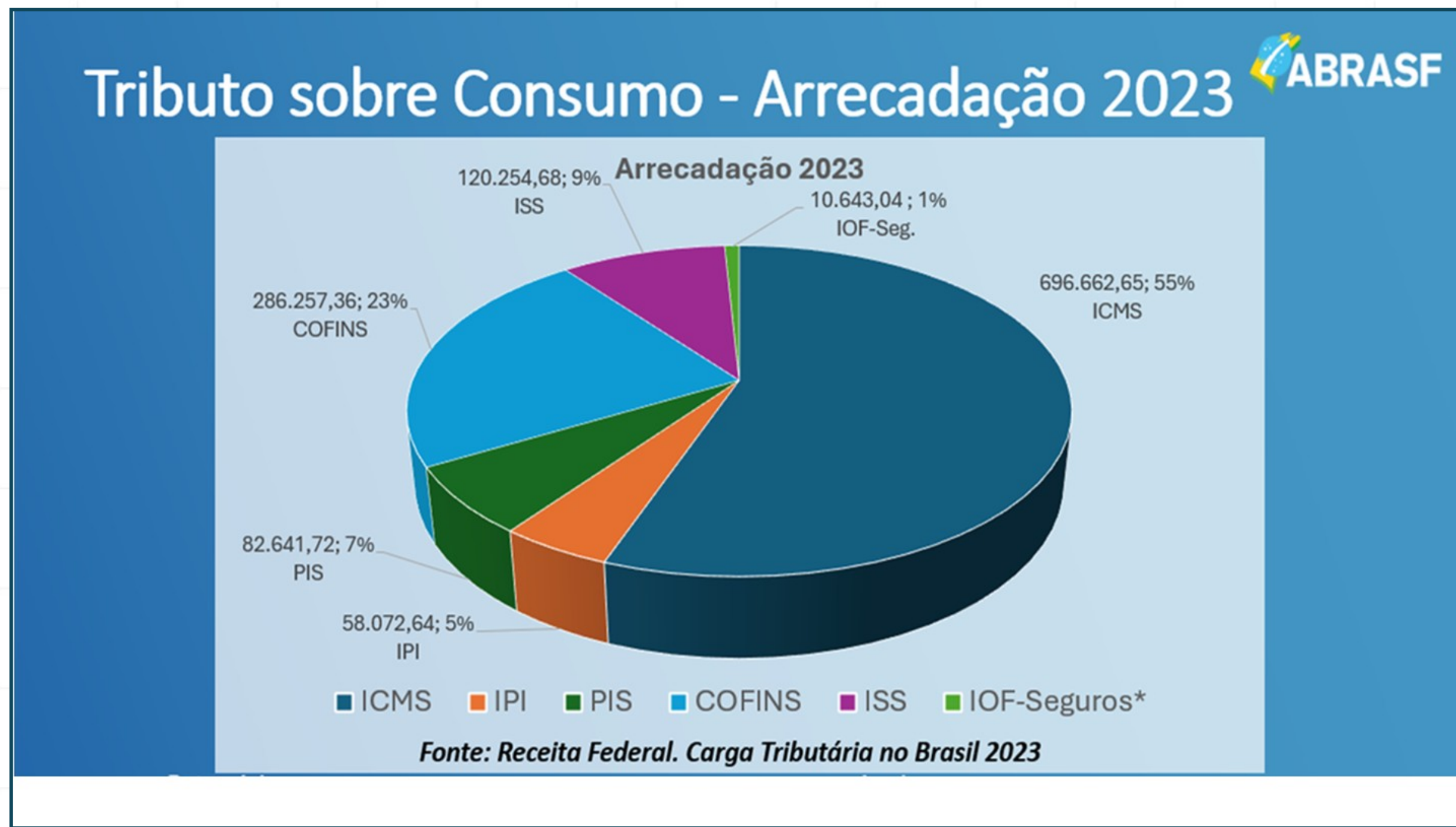
2013 – Reforma da Tributação Municipal de Serviços: LC 116/2003. Aumentou a arrecadação pela ampliação da base de contribuintes e maior eficiência fiscal.





## 2. ANÁLISE RETROSPECTIVA DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL: CRISES E RISCOS

### Tributação do Consumo no Brasil





### 3. ASPECTOS ESTRUTURAIS DA REFORMA TRIBUTÁRIA DE 2024/2025

## Tributação do Consumo: Promessas da EC 123/2023

**A tentativa de “resetar” o sistema tributário brasileiro, introduzindo uma nova mente em um velho “corpo administrativo-fiscal” parece promissora?**

- (1) Simplificação e Transparência (pela redução de matrizes de incidência e burocracia tributária)
- (2) Neutralidade: Não-cumulatividade ampla (com a aceitação ilimitada de créditos financeiros)
- (3) Justiça Fiscal (pela incidência no destino da “operação” e “cash back do povo”)
- (4) Equidade: Redução da carga tributária (pela ampliação das hipóteses e bases de incidência)
- (5) Preservação e promoção do Federalismo Cooperativo (especialmente por meio da unificação normativo-legal das regras da tributação federal-nacional do consumo e pela adoção de um Comitê Gestor integrativo de Estados, DF e Municípios)





### 3. ASPECTOS ESTRUTURAIS DA REFORMA TRIBUTÁRIA DE 2024/2025

## Tributação do Consumo: Promessas da EC 123/2023

### Bens e serviços antes e depois da reforma

Art. 156-A. Lei complementar instituirá imposto sobre bens e serviços de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios.

§ 1º O imposto previsto no caput será informado pelo princípio da neutralidade e atenderá ao seguinte:

I - incidirá sobre operações com bens materiais ou imateriais, inclusive direitos, ou com serviços;

ANTES

**Bens materiais**

**Serviços**

ICMS

ISS LC  
116/03

DEPOIS

**Bens materiais**

**Serviços**

**Bens  
Imateriais**

IBS/CBS

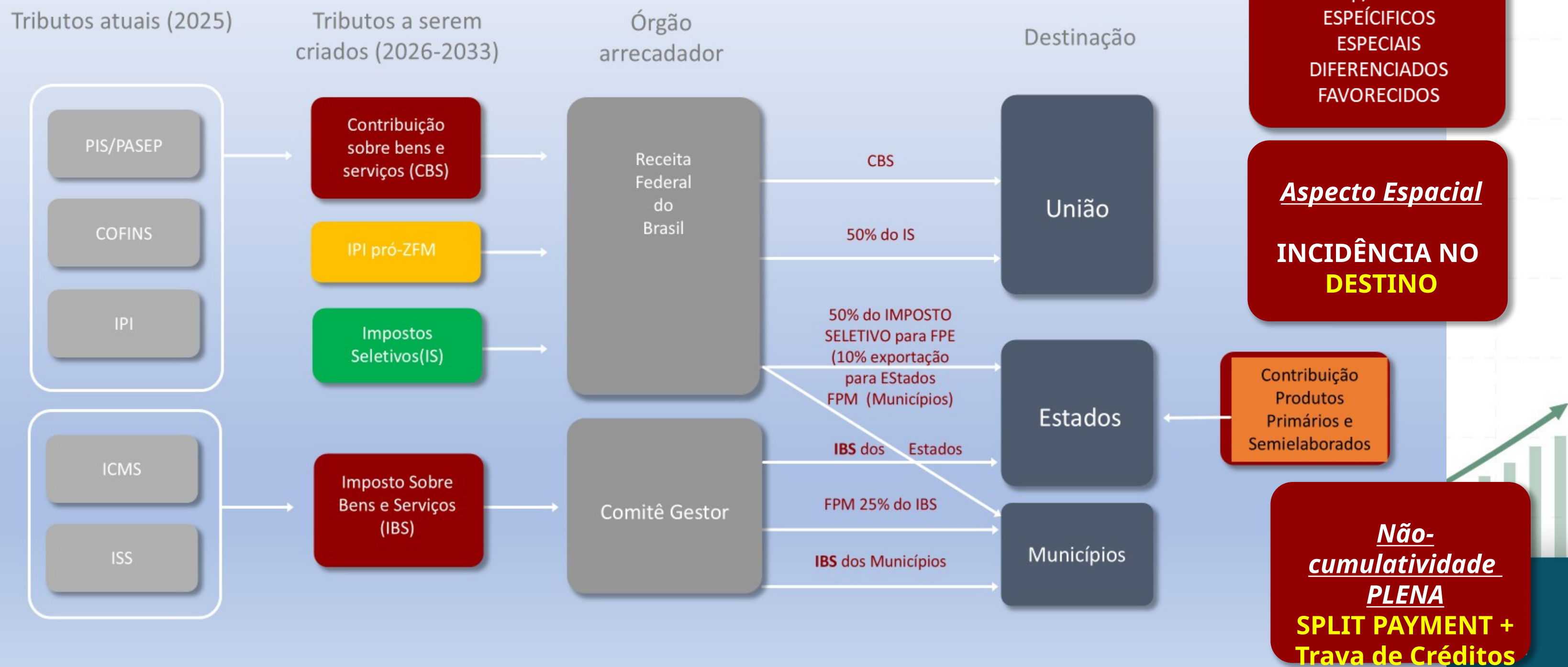




# 3. ASPECTOS ESTRUTURAIS DA REFORMA TRIBUTÁRIA DE 2024/2025

## MATRIZES TRIBUTÁRIAS: TROCANDO 3 TRIBUTOS POR 4 + MUITOS!

### Redefinição das Matrizes Constitucionais Tributárias





### 3. ASPECTOS ESTRUTURAIS DA REFORMA TRIBUTÁRIA DE 2024/2025

## Tributação do Consumo | Alterações da EC nº 132/2023

### ALGUNS DOS PRINCIPAIS PROBLEMAS DA REFORMA TRIBUTÁRIA DO CONSUMO

- A) **LISTAS E DISPUTAS POR CLASSIFICAÇÕES** de bens e mercadorias (para aplicação de regimes específicos, diferenciados é favorecidos, alíquotas, isenções e imunidades);
- (B) **ACUMULAÇÃO DE INCIDÊNCIAS**
- (C) **TRAVA DE CRÉDITOS CONTRA PAGAMENTO NA ETAPA ANTERIOR** (*Split Payment* – em desenvolvimento); *Spillover* econômico do modelo “*CHOOSE YOUR SUPPLIER*” (decorrência da trava de créditos);
- (D) Efeitos colaterais da continuidade da **SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA**;
- (E) Incongruência da CBS/IBS com o **SIMPLES NACIONAL**;
- (F) Descontrole dos **IMPOSTOS SELETIVOS**;
- (G) Confusão de alíquotas e receitas contábeis nas “**COMPRAS GOVERNAMENTAIS**” (imunidade tributária recíproca de fato?);
- (H) **AUMENTO DE CARGA TRIBUTÁRIA** (diversos setores: construção civil; imóveis; de serviços em geral, marketplaces, etc).
- (J) **CENTRALISMO SUPRA-FEDERATIVO** na gestão do IBS, que é um IMPOSTO NACIONAL (IVA-Xifópago); perda de autonomia tributária para instituir e cobrar, e também para ISENTAR.





### 3. ASPECTOS ESTRUTURAIS DA REFORMA TRIBUTÁRIA DE 2024/2025

#### A QUESTÃO FEDERATIVA:

#### [1] Competências Tributárias

Centralização (quase) Total:

Instituição > Lei complementar Federal

Alíquota única para todo o território da unidade

Alíquota de Referência Senado (por 45 anos)

Vedação ao poder de isentar/incentivar

#### [2] Competências Fiscais

Centralização no Comitê Gestor

Ambiguidade normativa

*Compartilhamento competências X*

*Exclusividade do ComGestor*

*Risco de captura da representação e*

*legitimidade dos Municípios*





### 3. ASPECTOS ESTRUTURAIS DA REFORMA TRIBUTÁRIA DE 2024/2025

#### A QUESTÃO FEDERATIVA: [1] Competências Tributárias

## Tributação do Consumo | Alterações da EC nº 132/2023

### SISTEMA NORMATIVO DA CBS-IBS(CIBS?): MESMAS REGRAS E LEI COMPLEMENTAR

Art. 149-B. Os tributos previstos nos arts. 156-A [IBS] e 195, V [CBS], observarão as mesmas regras em relação a:

I - fatos geradores, bases de cálculo, hipóteses de não incidência e sujeitos passivos;

II - imunidades;

III - regimes específicos, diferenciados ou favorecidos de tributação;

IV - regras de não cumulatividade e de creditamento.

Parágrafo único. Os tributos de que trata o caput observarão as imunidades previstas no art. 150, VI, não se aplicando a ambos os tributos o disposto no art. 195, § 7º.

Art. 156-A. **Lei complementar instituirá imposto sobre bens e serviços** de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios.





### 3. ASPECTOS ESTRUTURAIS DA REFORMA TRIBUTÁRIA DE 2024/2025

#### A QUESTÃO FEDERATIVA: [1] Competências Tributárias

## EC nº 132/2023: Impactos Para o Federalismo Fiscal LEGISLAÇÃO IDÊNTICA PARA CBS (UNIÃO) E IBS (ESTADOS E MUNICÍPIOS)

Seção V-A - Do imposto de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios

Art. 156-A. Lei complementar instituirá imposto sobre bens e serviços de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios.

§ 1º O imposto previsto no caput será informado pelo princípio da neutralidade e atenderá ao seguinte:

(...)

IV - terá legislação única e uniforme em todo o território nacional, ressalvado o disposto no inciso V;

V - cada ente federativo fixará sua alíquota própria por lei específica;

VI - a **alíquota** fixada pelo ente federativo na forma do inciso V **será a mesma para todas as operações com bens materiais ou imateriais, inclusive direitos**, ou com serviços, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Constituição.





### 3. ASPECTOS ESTRUTURAIS DA REFORMA TRIBUTÁRIA DE 2024/2025

#### A QUESTÃO FEDERATIVA: [1] Competências Tributárias

## EC nº 132/2023: Impactos Para o Federalismo Fiscal

### LEGISLAÇÃO IDÊNTICA PARA CBS (UNIÃO) E IBS (ESTADOS E MUNICÍPIOS)

VII - será cobrado pelo somatório das alíquotas do Estado e do Município de destino da operação,

(...)

X - **não será objeto de concessão de incentivos e benefícios financeiros ou fiscais** relativos ao imposto ou de regimes específicos, diferenciados ou favorecidos de tributação, excetuadas as hipóteses previstas nesta Constituição;

(...)

XII - **resolução do Senado Federal fixará alíquota de referência do imposto para cada esfera federativa**, nos termos de lei complementar, que será aplicada se outra não houver sido estabelecida pelo próprio ente federativo;

**REGIME DE TRANSIÇÃO:** 2026 CBS | 2029 IBS (c/ ISSQN e ICMS até 2032) | 2033 IBS pleno + regime de gradação da alíquota de referência





### 3. ASPECTOS ESTRUTURAIS DA REFORMA TRIBUTÁRIA DE 2024/2025

#### A QUESTÃO FEDERATIVA: [1] Competências Tributárias

## EC nº 132/2023: Impactos Para o Federalismo Fiscal

### LEGISLAÇÃO IDÊNTICA PARA CBS (UNIÃO) E IBS (ESTADOS E MUNICÍPIOS)

- **INSTITUIÇÃO** dos novos tributos é **LEI COMPLEMENTAR FEDERAL**
- Obrigações Acessórias serão definidas pela LC e pelo Comitê Gestor
- Alíquota única para todos os bens e serviços (e direitos) – salvo “regimes”
  - Proibição de isenções ou benefícios fiscais
- Alíquota de referência fixada pelo Senado Federal será 90% da alíquota efetiva
  - (transição de 45 anos! Com redução de 1/45 ao ano a partir de 2034)





### 3. ASPECTOS ESTRUTURAIS DA REFORMA TRIBUTÁRIA DE 2024/2025

#### A QUESTÃO FEDERATIVA: [1] Competências Tributárias

## Tributação do Consumo | Alterações da EC nº 132/2023 IVA DUAL?

### QUE IMPOSTO É ESSE

SEGUIR +

Reforma tributária para leigos e especialistas; com apoio de Samambaia.org



EDUARDO CUCOLO

REFORMA TRIBUTÁRIA • FOLHAJUS

### Criação de dois tributos permitiu destravar reforma após décadas, diz 'mãe' do IVA Dual

Melina Rocha explica modelo que será adotado pelo Brasil nos próximos anos

www1.folha.uol.com.br

BAIXAR >

SÃO PAULO O principal entrave à aprovação da reforma tributária sempre foi a resistência de estados e municípios à criação de um imposto único sobre o consumo, administrado pela Receita Federal. Diante desse diagnóstico, a professora de Direito e consultora Melina Rocha decidiu estudar os sistemas de dois países que haviam encontrado uma solução para o mesmo problema.

Canadá e Índia transformaram um imposto utilizado em mais de 170 países, o IVA (Imposto sobre Valor Agregado), em um tributo "dual". Esse é o modelo que será adotado pelo Brasil nos próximos anos e que viabilizou a aprovação da emenda constitucional da reforma tributária em 2023.

No caso brasileiro, consumidores e empresas irão pagar dois tributos na mesma guia. Um irá para a Receita Federal. O outro, para um comitê formado por estados e municípios. Haverá apenas um cadastro e uma nota fiscal. Serão substituídos cinco tributos repartidos entre todos os entes e que possuem regras específicas.

www1.folha.uol.com.br

BAIXAR >

"Nosso ponto sempre foi esse. Somente com o modelo de IVA dual seria possível a aprovação da reforma, o que se mostrou verdadeiro", afirma Melina em entrevista à Folha.



A doutora em direito tributário Melina Rocha, que integrou equipe do Ipea durante o governo Michel Temer para elaborar uma proposta de reforma tributária - Danilo Verpa-09.ago.2019/Danilo Verpa

"Até o secretário Bernard Appy, que sempre defendeu o IVA único, aceitou que, politicamente, seria a opção para que a reforma fosse aprovada."

### O Embuste do IVA-Dual

IBS é um IMPOSTO NACIONAL !

Ambiguidades NORMATIVAS

Lei complementar Federal x "Competência Compartilhada de Estados, DF e Municípios"  
Art. 156-A caput





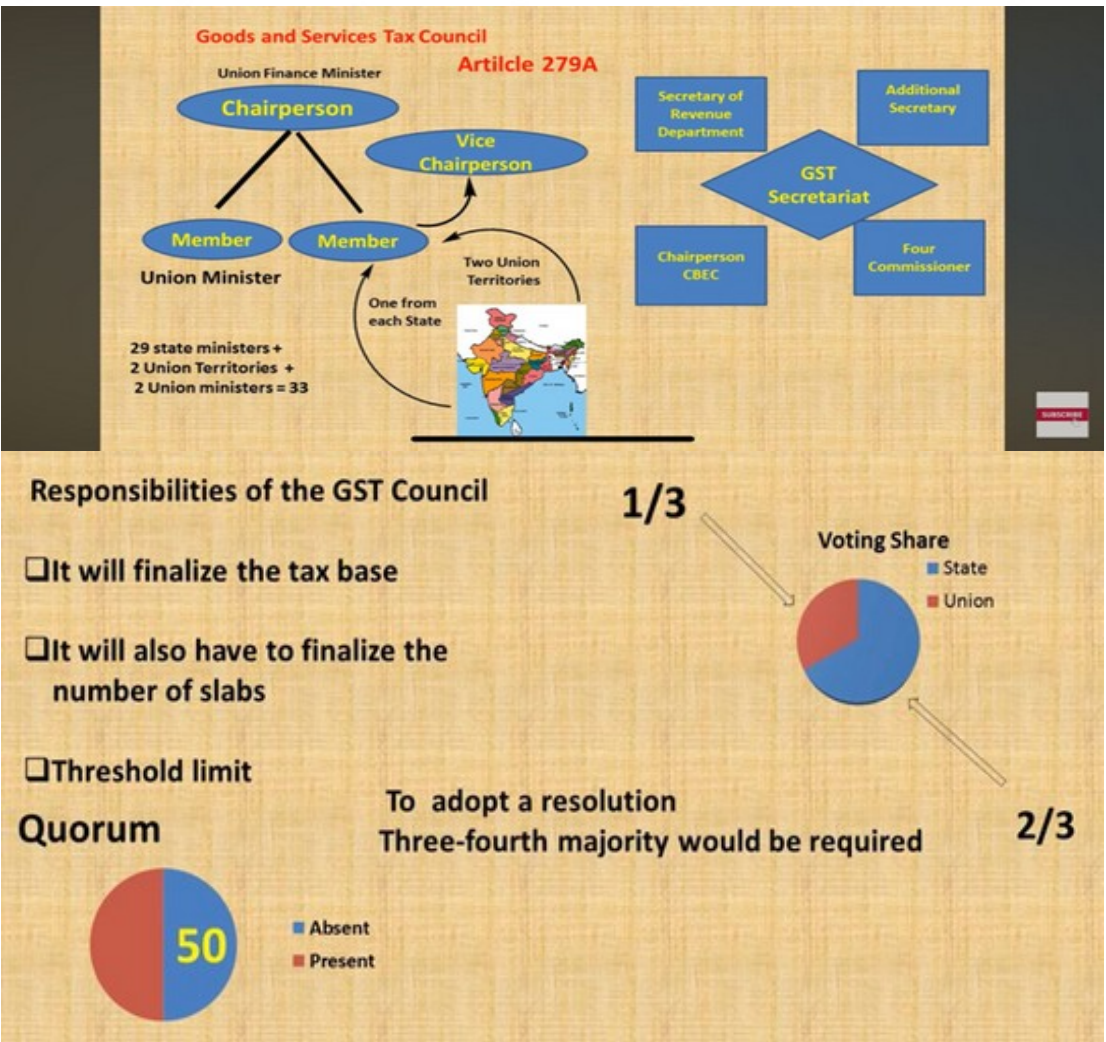
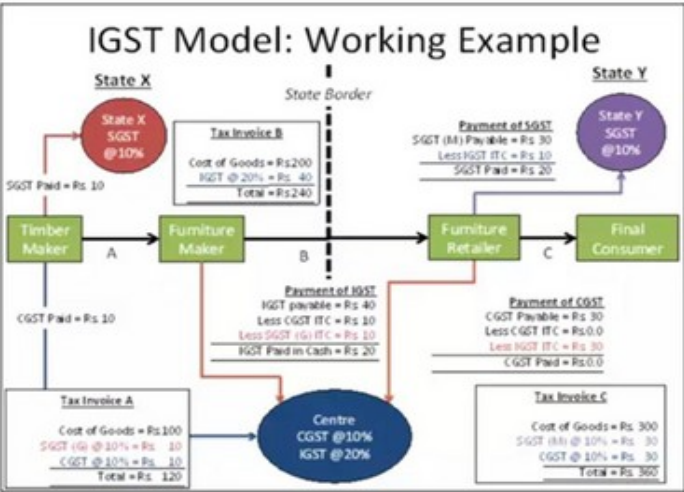
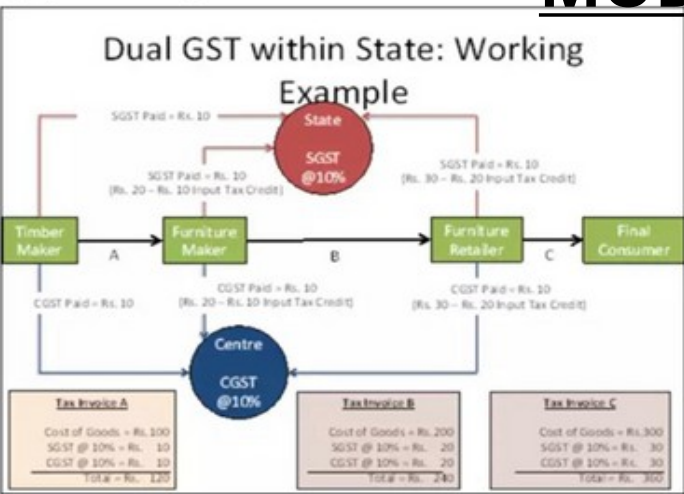
### 3. ASPECTOS ESTRUTURAIS DA REFORMA TRIBUTÁRIA DE 2024/2025

#### A QUESTÃO FEDERATIVA: [1] Competências Tributárias

## Tributação do Consumo | Alterações da EC nº 132/2023

### IVA DUAL? | EMBUESTE (CBS/IBS) ≠ VERDADEIROS

#### MODELO INDIANO



#### MODELO CANADENSE



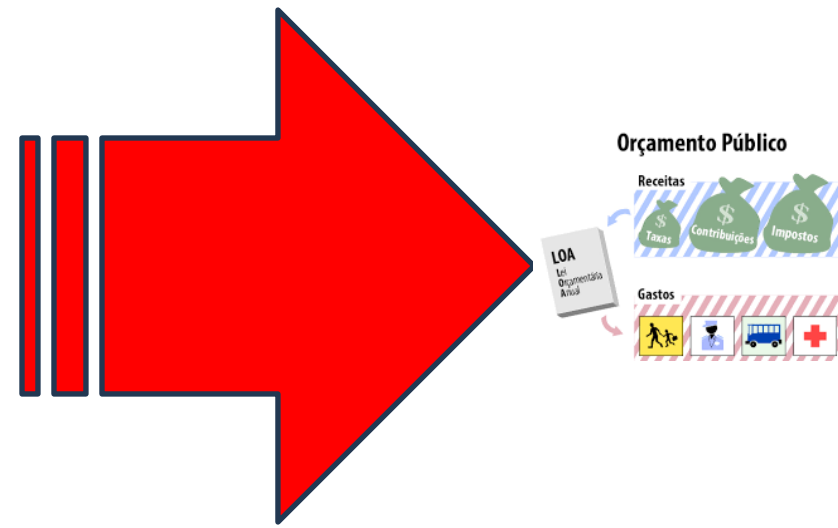


### 3. ASPECTOS ESTRUTURAIS DA REFORMA TRIBUTÁRIA DE 2024/2025

#### A QUESTÃO FEDERATIVA: [1] Competências Tributárias

## COMO FAZER POLÍTICA FISCAL E ECONÔMICA LOCAIS COM O IBS ???

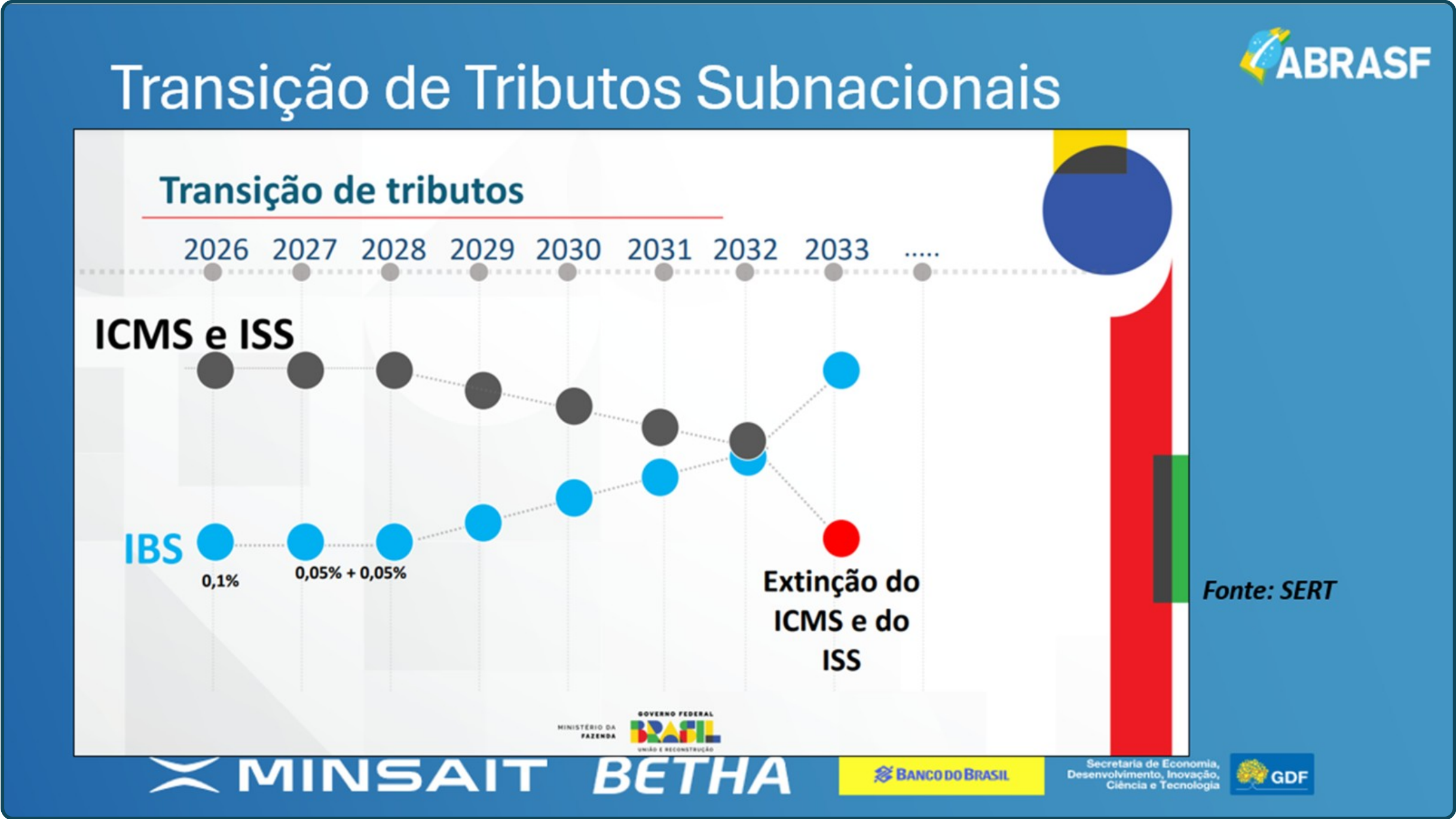
**"TAX SPENDING"**  
**"BUDGET SPENDING"**  
(*desonerações tributárias*)  
(*gastos orçamentários*)



- Políticas de fomento orçamentário e financeiro locais: quais?
- Risco de captura dos recursos no CICLO ORÇAMENTÁRIO (cobrar, arrecadar, orçamentar, identificar/selecionar beneficiários; liquidar despesas)?
- Cashback: problemas?

### 3. ASPECTOS ESTRUTURAIS DA REFORMA TRIBUTÁRIA DE 2024/2025

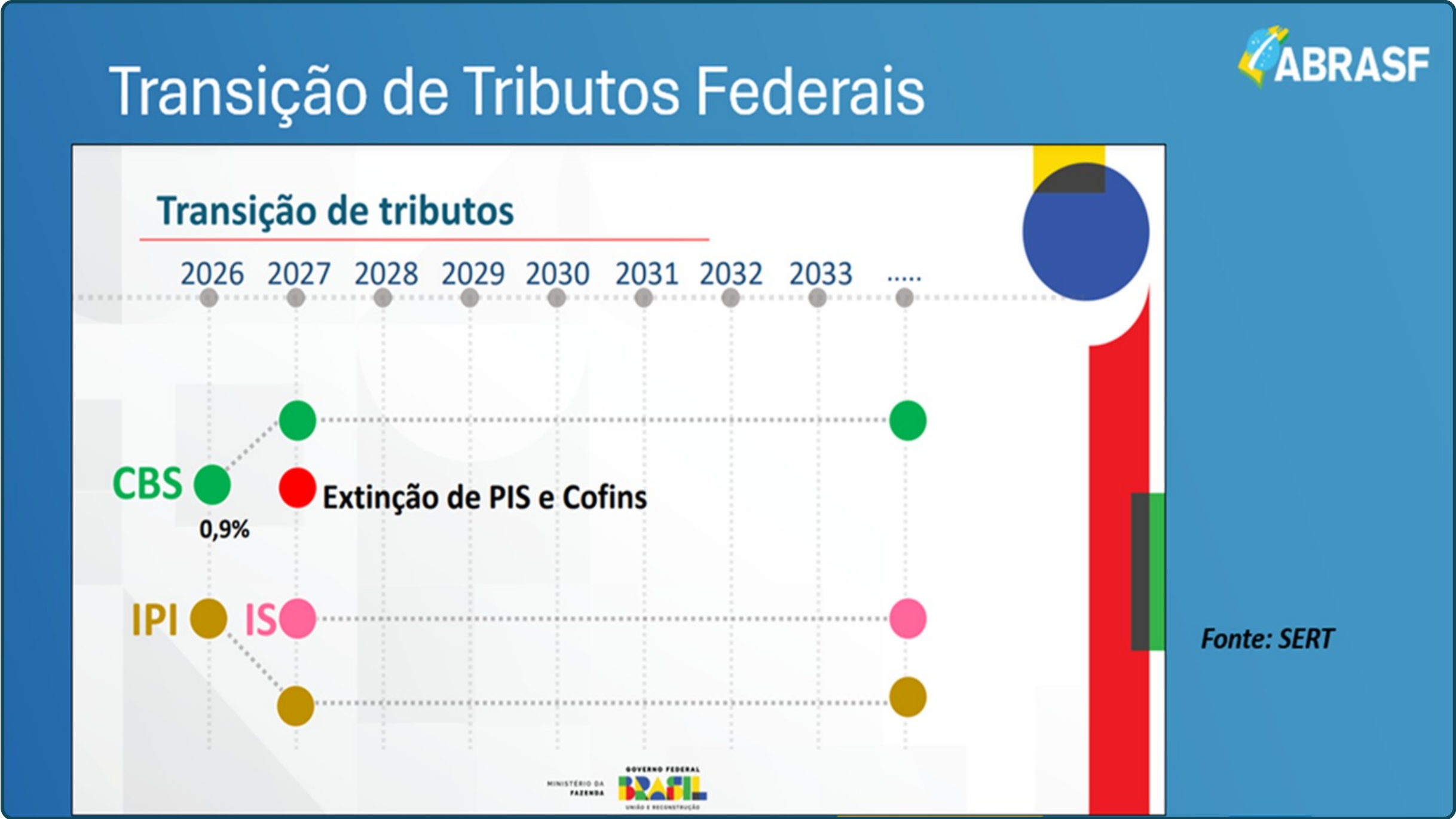
#### A QUESTÃO FEDERATIVA: [1] Competências Tributárias





### 3. ASPECTOS ESTRUTURAIS DA REFORMA TRIBUTÁRIA DE 2024/2025

#### A QUESTÃO FEDERATIVA: [1] Competências Tributárias



### 3. ASPECTOS ESTRUTURAIS DA REFORMA TRIBUTÁRIA DE 2024/2025

#### A QUESTÃO FEDERATIVA: [1] Competências Tributárias



## Transição de Tributos

- 2026: alíquotas testes de IBS e CBS de, respectivamente, 0,1% e de 0,9%.
- 2027: extinção do PIS e a COFINS. CBS a alíquota instituída reduzida de 0,1%. IS pleno.
- 2027 e 2028: CBS a alíquota instituída reduzida de 0,1%. IBS a alíquota de 0,1% (0,05% estadual e 0,05% municipal).
- 2029 a 2032: ICMS e ISS - redução de 10% ao ano. IBS – elevação da alíquota de IBS gradualmente 10% ao ano.
- 2033: extinção do ICMS e do ISS. IBS à alíquota plena instituída.





### 3. ASPECTOS ESTRUTURAIS DA REFORMA TRIBUTÁRIA DE 2024/2025

#### A QUESTÃO FEDERATIVA: [1] Competências Tributárias

## Transição Federativa

\* retenção de 5% da receita para o ente de destino, para ser distribuída entre os Municípios de origem maiores perdedores.

\*\* redução gradativa do seguro-receita de 2078 a 2097.

	Distribuição		
	Origem (Média 2019 a 2026)	Compensação Seguro-Receita (5% x <u>destino</u> )*	Destino
2029	80%	1,0%	19,0%
2030	80%	1,0%	19,0%
2031	80%	1,0%	19,0%
2032	80%	1,0%	19,0%
2033	90%	0,5%	9,5%
2034	88%	0,6%	11,4%
2035	86%	0,7%	13,3%
2036	84%	0,8%	15,2%
2037	82%	0,9%	17,1%
2038	80%	1,0%	19,0%
2039	78%	1,1%	20,9%
2040	76%	1,2%	22,8%
(...)	(-2%)	(5% x destino)	(destino – 5% x destino)
2077	2%	4,9%	93,1%
2078	0%	5%**	95%

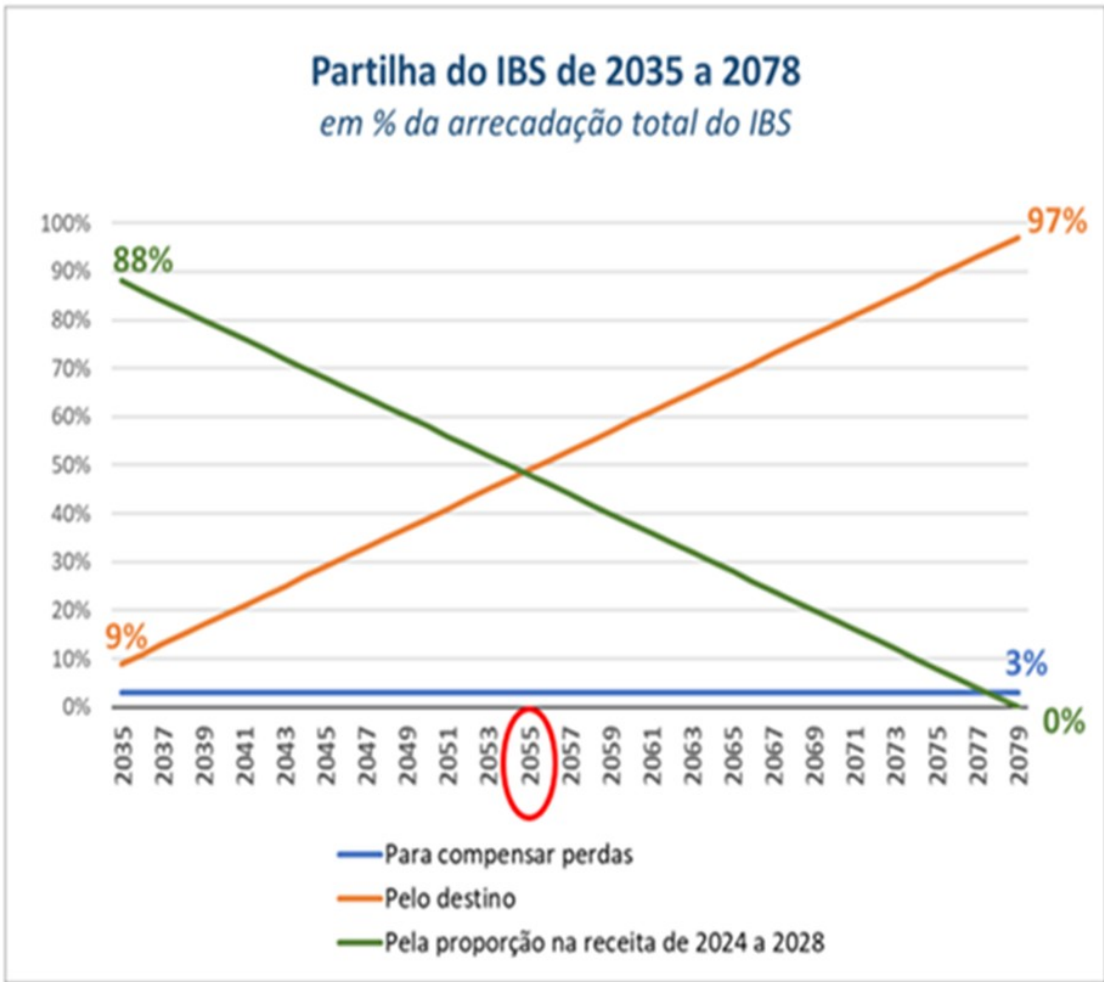


### 3. ASPECTOS ESTRUTURAIS DA REFORMA TRIBUTÁRIA DE 2024/2025

#### A QUESTÃO FEDERATIVA: [1] Competências Tributárias

SENAM®

#### TRANSIÇÃO FEDERATIVA – 2ª FASE



A distribuição do IBS pelo critério do destino será preponderante na repartição da receita somente a partir de **2055**, ou seja, 25 anos após o início a aplicação das alíquotas crescentes, em 2029.

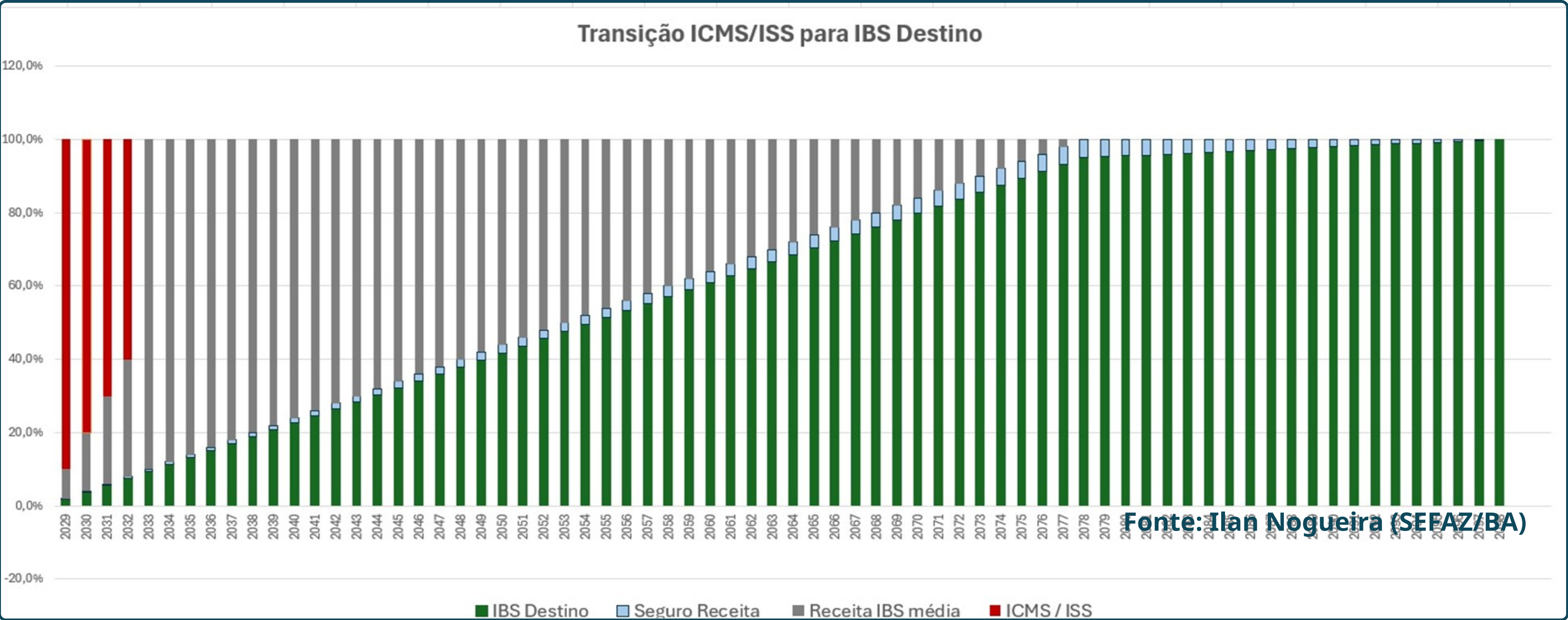




### 3. ASPECTOS ESTRUTURAIS DA REFORMA TRIBUTÁRIA DE 2024/2025

#### A QUESTÃO FEDERATIVA: [1] Competências Tributárias

## Transição – Nítido Regime de Partilhas e Repartilhas



### 3. ASPECTOS ESTRUTURAIS DA REFORMA TRIBUTÁRIA DE 2024/2025

#### A QUESTÃO FEDERATIVA: [1] Competências Tributárias

## EC nº 132/2023: Impactos Para o Federalismo Fiscal

LEGISLAÇÃO IDÊNTICA PARA CBS (UNIÃO) E IBS (ESTADOS E MUNICÍPIOS)

- NÃO é competência legislativa compartilhada! (art. 156-A: §1º, IV)

**INCONSTITUCIONALIDADE !?**

**O IBS é um IMPOSTO NACIONAL!!!**

- A única competência que resta é a de fixação de parte da alíquota
  - (art. 156-A: §1º, IV) – alíquota plena apenas em 2078!!!





### 3. ASPECTOS ESTRUTURAIS DA REFORMA TRIBUTÁRIA DE 2024/2025

#### A QUESTÃO FEDERATIVA: [2] Competências Fiscais

## Tributação do Consumo | Alterações da EC nº 132/2023

### GESTÃO TRIBUTÁRIA | CBS - RFB; IBS - COMGESTOR

**Art. 156-B.** Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios **exercerão de forma integrada, exclusivamente por meio do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços**, nos termos e limites estabelecidos nesta Constituição e em lei complementar, as seguintes competências administrativas relativas ao imposto de que trata o art. 156-A:

(...)

§ 1º O Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços, entidade pública sob regime especial, terá independência técnica, administrativa, orçamentária e financeira.

V - a **fiscalização, o lançamento, a cobrança, a representação administrativa e a representação judicial** relativos ao imposto serão realizados, no âmbito de suas respectivas competências, pelas administrações tributárias e procuradorias dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que poderão definir hipóteses de delegação ou de compartilhamento de competências, **cabendo ao Comitê Gestor a coordenação dessas atividades administrativas com vistas à integração entre os entes federativos;**



### 3. ASPECTOS ESTRUTURAIS DA REFORMA TRIBUTÁRIA DE 2024/2025

#### A QUESTÃO FEDERATIVA: [2] Competências Fiscais

## EC nº 132/2023: Impactos Para o Federalismo Fiscal

### INSTITUCIONALIZAÇÃO

- Comitê Gestor (ComGestor): Caráter de Autarquia Especial? ou Ente suprafederativo?
- Composição: 54 membros (27 estados, 14 municípios por critério absoluto, 1 voto para cada município; 13 municípios por critério proporcional de população)

#### Competências.

- Edição de normas infralegais de seguimento obrigatório por Estados e Municípios (LEGISLAR);
- Uniformização VINCULANTE de Interpretação e Aplicação da Legislação do IBS (INTEPRETAR E DEFINIR APLICAÇÃO – SUPERIOR ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA);





# Constituição (Sobressistema Tributário)

## EC nº 132/2023: Impactos Para o Federalismo Fiscal

### COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIAS E FISCAIS CENTRALIZADAS NO COMITÊ GESTOR

#### PLP 108/2024

Art. 3º **Compete ao CG-IBS coordenar**, com vistas à integração entre os entes federativos, as atividades de fiscalização do cumprimento das obrigações principal e acessórias relativas ao IBS, realizadas pelas administrações tributárias dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, vedada a segregação de fiscalização entre esferas federativas por atividade econômica, porte do sujeito passivo ou qualquer outro critério.

§ 1º Na hipótese de haver **2 (dois) ou mais entes federativos interessados no desenvolvimento de atividades concomitantes de fiscalização** em relação ao mesmo sujeito passivo, mesmo período objeto da fiscalização e mesmos fatos geradores, o procedimento será realizado de **FORMA CONJUNTA E INTEGRADA**, e caberá ao CG-IBS disciplinar a forma de organização e gestão dos trabalhos, o rateio dos custos e a distribuição do produto da arrecadação entre os entes responsáveis pela fiscalização e lançamento relativo às multas punitivas e aos juros de mora sobre elas incidentes.

§ 2º O **regulamento único do IBS definirá os critérios de titularidade e cotitularidade da fiscalização, no exercício da competência compartilhada do imposto**, assegurada a participação (?) das administrações tributárias dos entes a que se refere o § 1º deste artigo nas atividades de fiscalização programadas ou em andamento. [...]



# Constituição (Sobressistema Tributário)

## EC nº 132/2023: Impactos Para o Federalismo Fiscal

### COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIAS E FISCAIS CENTRALIZADAS NO COMITÊ GESTOR

#### PLP 108/2024

§ 3º Os atos procedimentais serão exercidos perante o sujeito passivo pelas autoridades das administrações tributárias que figurarem como **titular ou cotitular da fiscalização**.

§ 4º *As atividades a que se refere este artigo serão exercidas exclusivamente por servidores efetivos integrantes das carreiras específicas dotadas da competência para fiscalizar e constituir o crédito tributário, instituídas em lei estadual, distrital ou municipal.*

§ 5º **Eventual divergência acerca da interpretação, da apuração da base de cálculo ou do enquadramento dos fatos geradores, por ocasião da fiscalização, será tratada em procedimento a ser disciplinado pelo CG-IBS.**

[...]

Art. 29. Incumbe ao Diretor-Executivo:

I- convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;

II- planejar, gerir, supervisionar e coordenar as atividades a serem executadas pelas diretorias técnicas e administrativas, inclusive dirimir eventuais conflitos de competência entre elas;





### 3. ASPECTOS ESTRUTURAIS DA REFORMA TRIBUTÁRIA DE 2024/2025

#### A QUESTÃO FEDERATIVA: [2] Competências Fiscais

## EC nº 132/2023: Impactos Para o Federalismo Fiscal

### INSTITUCIONALIZAÇÃO

- Arrecadação do IBS (e **CBS**), depositando em conta especial (art. 101 e 104, V, do ADCT), efetuando compensações e distribuições (ARRECADAR e PAGAR). **SOLUÇÃO INTEGRADA COM A UNIÃO** (art. 156-B §7º).
- Dirimir questões suscitadas no âmbito do contencioso administrativo tributário entre sujeito passivo e administração tributária (JULGAR – Tribunal Recursal)
- Iniciativa legislativa de lei complementar (art. 62, 3º)
- Recebe custeio de percentual do IBS (art. 156-B, §2º, III). União custeará a instalação, com posterior ressarcimento (art. 14 do texto da EC 132/2023-A). **Estimada receita em 1,5 bilhão de reais.**
- **Jurisdição própria (*ratione personae*)**: Competência Jurisdicional do STJ: Conflitos IBS entre entes federativos ou entre estes e o Conselho Federativo (art. 105, I, “j”)
- **Coordenará a atuação integrada de Estados, DF e Municípios na FISCALIZAÇÃO, LANÇAMENTO, COBRANÇA.**



# Constituição (Sobressistema Tributário)

## EC nº 132/2023: Impactos Para o Federalismo Fiscal

### UNIFICAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS ADMINISTRATIVAS?

- Fiscalização
- Lançamento
- Contencioso Administrativo
- Inscrição em Dívida Ativa
  - Execução Fiscal
- Contencioso Judicial (pelo Comitê Gestor?)

### INCONSTITUCINALIDADE ?

- Como efetivamente será o exercício dessas competências administrativas-tributárias?
- Competência compartilhada ou por meio (exclusivo) do Comitê Gestor ?





# Comitê Gestor

## Composição

### Estados e DF

27 (vinte e sete) membros, representando cada Estado e o DF, indicados pelo chefe do Poder Executivo estadual e distrital.

### Municípios e DF

27 (vinte e sete) membros, representando o conjunto dos Municípios e do DF, indicados pelos chefes dos Poderes Executivos municipais, e distrital, sendo:

14 (quatorze) eleitos com voto de cada Município (valor igual para todos)

13 (treze) representantes eleitos com base na população



# Comitê Gestor

## Eleição dos representantes municipais:

### ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES MUNICIPAIS

- Eleições distintas para cada um dos grupos indicados anteriormente
- Formação de duas chapas para cada grupo, com 1 titular e 2 suplentes
- Apoio mínimo e excludente, de:
  - 20% do total de municípios
  - Municípios que representem, no mínimo, 20% do total da população
- As chapas deverão ser integradas por pelo menos um representante de cada uma das regiões do País
- Possibilidade de 2º turno caso não obtido 50% dos votos válidos





# Comitê Gestor

## Eleição dos representantes municipais:

### ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES MUNICIPAIS

- **Requisitos para indicação:**
  - Secretário represente o cargo máximo da administração tributária;
  - Autoridade fiscal com pelo menos dez anos de experiência; ou
  - Ocupante de cargo de direção por pelo menos quatro anos;
- **Requisitos obrigatórios:**
  - Formação acadêmica superior compatível; e
  - Não se enquadrar nas hipóteses de inelegibilidade da LC 64/1990.



# Comitê Gestor

## Destaques entre as competências

- Coordenar, com vistas à integração entre os entes federativos, no âmbito de suas competências, as atividades de:
  - fiscalização, lançamento, cobrança e representação administrativas relativas ao IBS, que serão realizadas pelas administrações tributárias dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
  - cobrança judicial e extrajudicial do IBS e representação administrativa e judicial relativas ao IBS, que serão realizadas pelas Procuradorias dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; e
  - inscrição em dívida ativa;
    - promover a inscrição em dívida ativa dos créditos tributários de IBS, em caso de delegação dos entes federativos, preservada a titularidade desses;

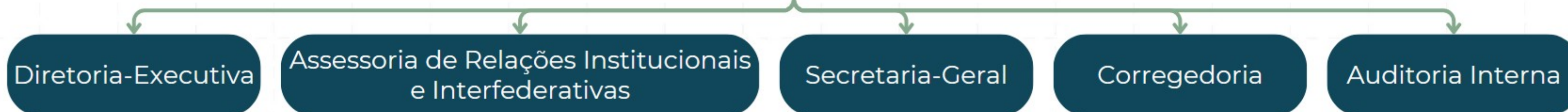




# Comitê Gestor

## Estrutura Organizacional

Conselho Superior do CG-IBS



- 
1. Diretoria de **Fiscalização**
  2. Diretoria de **Arrecadação e Cobrança**
  3. Diretoria de **Tributação**
  4. Diretoria de **Informações Econômico-Fiscais**
  5. Diretoria de **Tecnologia da Informação e Comunicação**
  6. Diretoria de **Revisão do Crédito Tributário**
  7. Diretoria **Administrativa**
  8. Diretoria de **Procuradorias**
  9. Diretoria de **Tesouraria**





### 3. ASPECTOS ESTRUTURAIS DA REFORMA TRIBUTÁRIA DE 2024/2025

#### A QUESTÃO FEDERATIVA: [2] Competências Fiscais

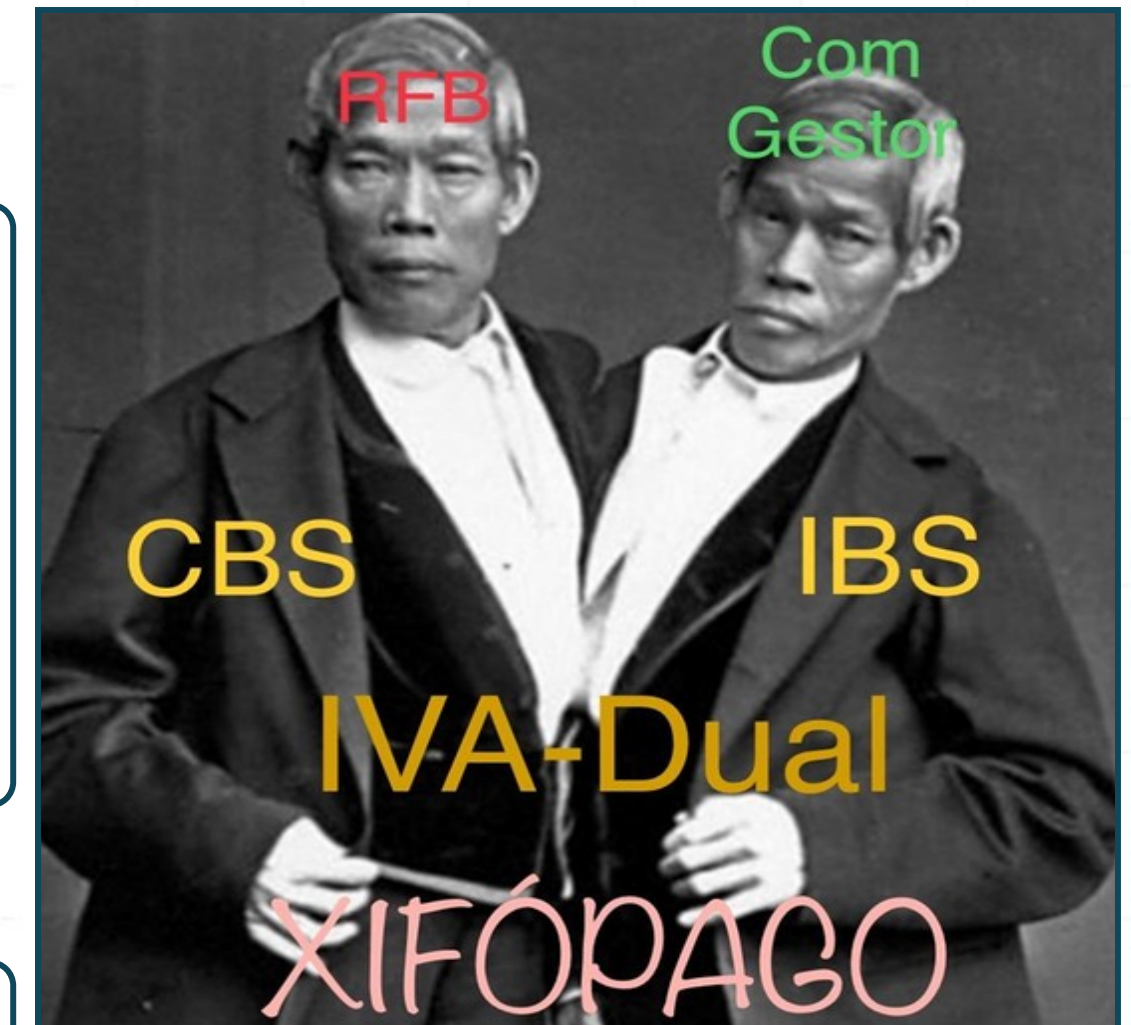
## EC nº 132/2023: Impactos Para o Federalismo Fiscal

### CBS + IBS = Gêmeos SIAMESES

IVA-DUAL OU IVA-XIFÓPAGO?

- IDÊNTICO TRONCO NORMATIVO
- Cabeças gestoras diferentes (Eng <> ComGestor possuem fragmentação de personalidades)
- Membors de execução diferentes
  - ComGestor: COMSEFAZ x CNM x FNP

RESULTADO: CONFLITOS?



Chang e Eng (os famosos "Gêmeos Siameses")





### 3. ASPECTOS ESTRUTURAIS DA REFORMA TRIBUTÁRIA DE 2024/2025

#### LOCAL DA OCORRÊNCIA DO FATO GERADOR



#### IBS – o que foi aprovado na LC 214/25

- Hipóteses de Incidência
- Imunidades
- Momento de Ocorrência do Fato Gerador
- **Local da Operação**
- Base de Cálculo
- Alíquotas
  - Alíquotas-Padrão
  - Alíquotas de Referência
- Sujeição Passiva

Patrocínio:



Apoio:

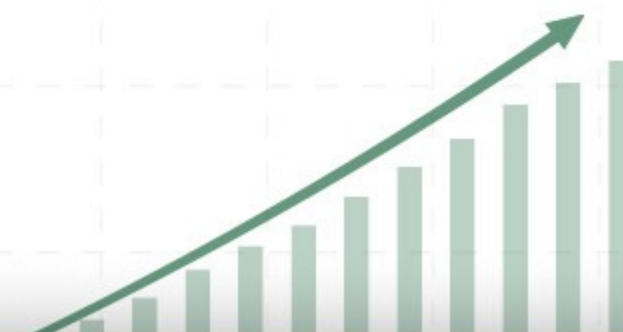


Secretaria de Economia,  
Desenvolvimento, Inovação,  
Ciência e Tecnologia



ESCOLA SUPERIOR DE CONTAS  
**BENEDICTO SANT'ANA  
DA SILVA FREIRE**

COMISSÃO PERMANENTE DE  
**SUSTENTABILIDADE FISCAL  
E DESENVOLVIMENTO**



### 3. ASPECTOS ESTRUTURAIS DA REFORMA TRIBUTÁRIA DE 2024/2025

#### LOCAL DA OCORRÊNCIA DO FATO GERADOR

##### Local da Operação



- Local **do imóvel**
  - direito imaterial relacionado a imóvel
  - serviço prestado fisicamente sobre imóvel
  - serviço de administração e intermediação de bem imóvel
- Local **da prestação do serviço**
  - serviço prestado fisicamente sobre a pessoa física
  - serviço fruído presencialmente por pessoa física
  - serviço prestado fisicamente sobre bem móvel material
  - serviços portuários
- Local **do evento**
  - serviço de planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos, espetáculos, exhibições e congêneres

Patrocínio:

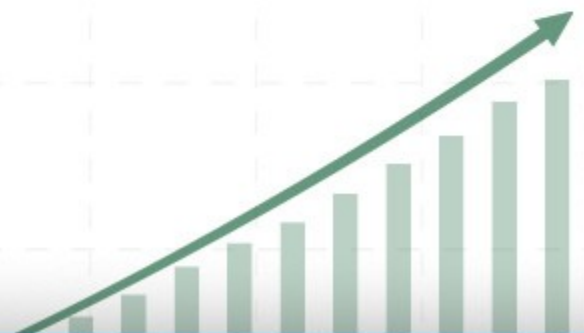


Apoio:



ESCOLA SUPERIOR DE CONTAS  
**BENEDICTO SANT'ANA  
DA SILVA FREIRE**

COMISSÃO PERMANENTE DE  
**SUSTENTABILIDADE FISCAL  
E DESENVOLVIMENTO**





### 3. ASPECTOS ESTRUTURAIS DA REFORMA TRIBUTÁRIA DE 2024/2025

#### LOCAL DA OCORRÊNCIA DO FATO GERADOR

##### Local da Operação



- Local do **início do transporte**
  - serviço de transporte de **passageiros**
- Local da **entrega ou disponibilização do bem** ao destinatário
  - serviço de transporte de **carga**
- O território de cada Município e Estado, **proporcionalmente à extensão da via explorada**
  - serviço de exploração de via
- Local de **instalação do terminal telefônico**
  - serviço de telefonia fixa e demais serviços de comunicação prestados por meio de cabos, fios, fibras e meios similares

Patrocínio:



Apoio:



Secretaria de Economia,  
Desenvolvimento, Inovação,  
Ciência e Tecnologia



ESCOLA SUPERIOR DE CONTAS  
**BENEDICTO SANT'ANA  
DA SILVA FREIRE**

COMISSÃO PERMANENTE DE  
**SUSTENTABILIDADE FISCAL  
E DESENVOLVIMENTO**





### 3. ASPECTOS ESTRUTURAIS DA REFORMA TRIBUTÁRIA DE 2024/2025

#### LOCAL DA OCORRÊNCIA DO FATO GERADOR

##### Local da Operação



- Local do **domicílio principal do adquirente**
  - serviço fruído à distância, ainda que parcialmente, por pessoa física
  - **demaís serviços e demais bens móveis imateriais**, operações onerosas
- Local do **domicílio principal do destinatário**
  - demais serviços e demais bens móveis imateriais, operações não onerosas

Patrocínio:



Apoio:

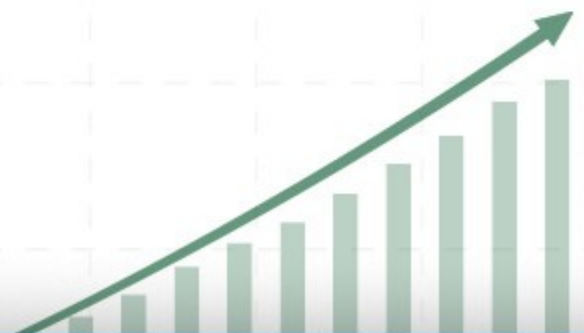


Secretaria de Economia,  
Desenvolvimento, Inovação,  
Ciência e Tecnologia



ESCOLA SUPERIOR DE CONTAS  
**BENEDICTO SANT'ANA  
DA SILVA FREIRE**

COMISSÃO PERMANENTE DE  
**SUSTENTABILIDADE FISCAL  
E DESENVOLVIMENTO**





### 3. ASPECTOS ESTRUTURAIS DA REFORMA TRIBUTÁRIA DE 2024/2025

#### LOCAL DA OCORRÊNCIA DO FATO GERADOR

##### Local da Operação



- Local da **entrega ou disponibilização do bem ao destinatário**
  - bem móvel material
  - nas operações destinadas a consumo de água, gás canalizado e energia elétrica
- O destino final indicado pelo adquirente **ao fornecedor**
  - Operação **não presencial** e serviço de **transporte** é de **responsabilidade do fornecedor**
- O destino final indicado pelo adquirente **ao terceiro responsável pelo transporte**
  - Operação **não presencial** e serviço de **transporte** é de **responsabilidade do adquirente**
- **Domicílio principal do destinatário**
  - Aquisição de **veículo automotor terrestre, aquático ou aéreo**

Patrocínio:



Apoio:

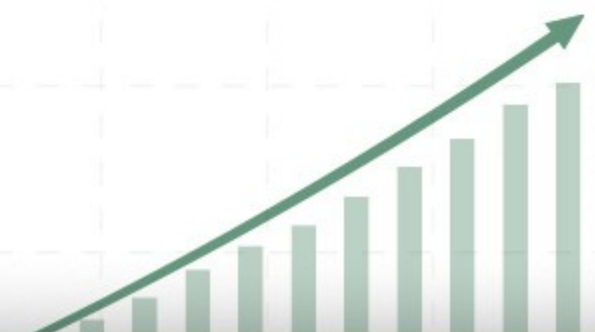


Secretaria de Economia,  
Desenvolvimento, Inovação,  
Ciência e Tecnologia



ESCOLA SUPERIOR DE CONTAS  
**BENEDICTO SANT'ANA  
DA SILVA FREIRE**

COMISSÃO PERMANENTE DE  
**SUSTENTABILIDADE FISCAL  
E DESENVOLVIMENTO**





### 3. ASPECTOS ESTRUTURAIS DA REFORMA TRIBUTÁRIA DE 2024/2025

#### LOCAL DA OCORRÊNCIA DO FATO GERADOR

##### Local da Operação



- **Estabelecimento matriz (domicílio principal do adquirente)** (a. aquisições centralizadas; b. regime regular; c. mais de um estabelecimento; d. não vedada à apropriação de crédito)
  - serviço de **telefonia fixa** e demais serviços de comunicação prestados por meio de cabos, fios, fibras e meios similares, nas aquisições por PJ em regime regular
  - **demais serviços e demais bens móveis imateriais**, operações onerosas ou não
  - fornecimento de serviços de transmissão de **energia elétrica**
  - geração, distribuição ou comercialização de **energia elétrica**
- Estabelecimento ou domicílio **do agente que figure com balanço energético devedor**
  - aquisições de energia elétrica realizadas de forma **multilateral**

Patrocínio:



Apoio:



Secretaria de Economia,  
Desenvolvimento, Inovação,  
Ciência e Tecnologia



ESCOLA SUPERIOR DE CONTAS  
**BENEDITO SANT'ANA  
DA SILVA FREIRE**

COMISSÃO PERMANENTE DE  
**SUSTENTABILIDADE FISCAL  
E DESENVOLVIMENTO**





### 3. ASPECTOS ESTRUTURAIS DA REFORMA TRIBUTÁRIA DE 2024/2025

#### LOCAL DA OCORRÊNCIA DO FATO GERADOR

##### Local da Operação



- Local onde se encontra o **bem móvel material**
  - na aquisição de bem em **licitação** promovida pelo poder público de bem apreendido ou abandonado ou leilão judicial; e
  - na constatação de irregularidade pela falta de documentação fiscal ou pelo acobertamento por **documentação inidônea**
- Estabelecimento principal **do fornecedor**
  - transporte dutoviário de gás natural na contratação de capacidade de entrada de gás natural do duto
- Estabelecimento principal **do adquirente**
  - transporte dutoviário de gás natural na contratação de capacidade de saída do gás natural do duto

Patrocínio:



Apoio:

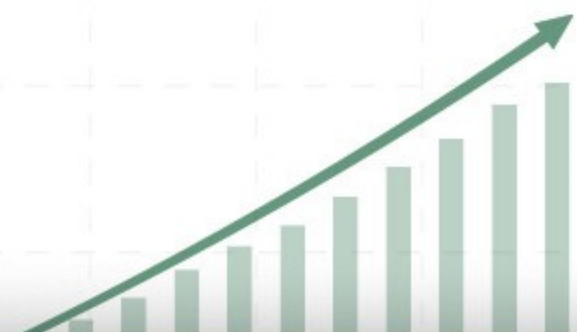


Secretaria de Economia,  
Desenvolvimento, Inovação,  
Ciência e Tecnologia



ESCOLA SUPERIOR DE CONTAS  
**BENEDICTO SANT'ANA  
DA SILVA FREIRE**

COMISSÃO PERMANENTE DE  
**SUSTENTABILIDADE FISCAL  
E DESENVOLVIMENTO**





### 3. ASPECTOS ESTRUTURAIS DA REFORMA TRIBUTÁRIA DE 2024/2025

#### LOCAL DA OCORRÊNCIA DO FATO GERADOR

##### IBS – o que foi aprovado na LC 214/25



- Hipóteses de Incidência
- Imunidades
- Momento de Ocorrência do Fato Gerador
- Local da Operação
- **Base de Cálculo**
- Alíquotas
  - Alíquotas-Padrão
  - Alíquotas de Referência
- Sujeição Passiva

Patrocínio:



Apoio:

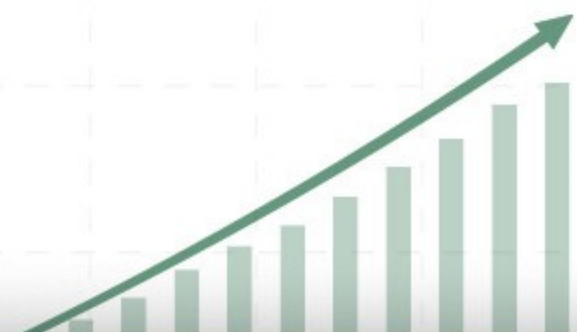


Secretaria de Economia,  
Desenvolvimento, Inovação,  
Ciência e Tecnologia



ESCOLA SUPERIOR DE CONTAS  
**BENEDICTO SANT'ANA  
DA SILVA FREIRE**

COMISSÃO PERMANENTE DE  
**SUSTENTABILIDADE FISCAL  
E DESENVOLVIMENTO**





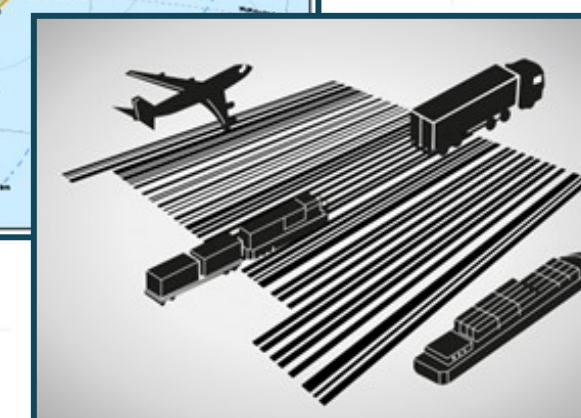
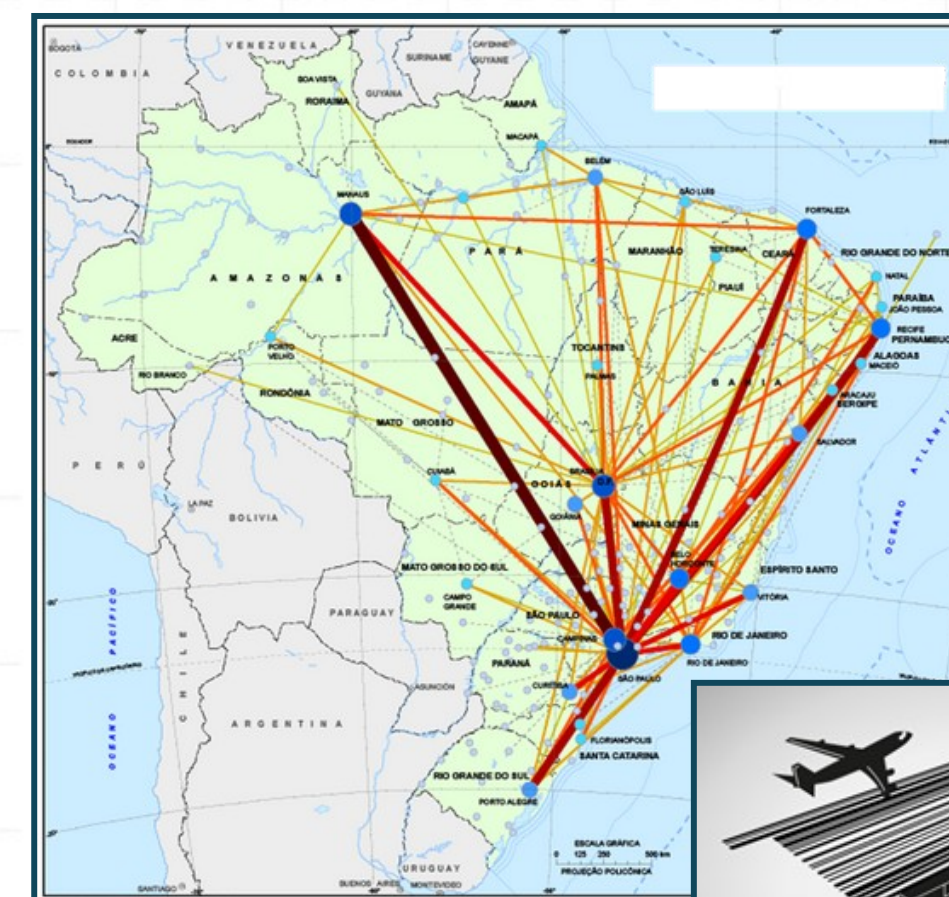
## 4. PONTOS DE ATENÇÃO E OPORTUNIDADES

# EC nº 132/2023: Impactos Para o Federalismo Fiscal EXEMPLO HIPOTÉTICO REALISTA

### Fatos Geradores no Destino da Operação

Empresa estabelecida no **Município de São Paulo** que **VENDE** no mercado interno mercadoria ou serviços (ou licencia direitos) **para 200 cidades, em 5 Estados.**

- Quem pode fiscalizar e lançar o tributo? Um crédito por cada destino?
  - Quantos lançamentos/autos de infração deverão ser lavrados?
    - 1 ou 205 fiscalizações possíveis?
  - E se houver divergências na qualificação das "operações"?
  - **Competência para o Contencioso Judicial**
- Quantas inscrições em Dívida Ativa? Quantas Execuções Fiscais?
- Qual procuradoria terá legitimidade para inscrever e manejar a EF?



## 4. PONTOS DE ATENÇÃO E OPORTUNIDADES

### CASHBACK

Artigos 112 a 124 da LC 214/2025

Renda até MEIO SALÁRIO-MÍNIMO NACIONAL

### DEVOLUÇÃO DE CBS e IBS

- 100% (cem por cento) para a CBS e 20% (vinte por cento) para o IBS na aquisição de botijão de até 13 kg (treze quilogramas) de **gás liquefeito de petróleo**, nas operações de fornecimento domiciliar de **energia elétrica**, **abastecimento de água**, **esgotamento sanitário e gás canalizado** e nas operações de fornecimento de **telecomunicações**
- 20% (vinte por cento) para a CBS e para o IBS, nos **demaís casos**

➤ **Risco de fraudes / manipulação de compras** com o uso de CPFs deliberado de beneficiários escolhidos? Cashback vinculado ao pagador da compra?





## 4. PONTOS DE ATENÇÃO E OPORTUNIDADES

### IMPOSTOS SELETIVOS

Art. 153 – (...)

VIII - produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços **prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente**, nos termos de lei complementar.

§ 6º O imposto previsto no inciso VIII do **caput** deste artigo:

I - não incidirá sobre as exportações nem sobre as operações com energia elétrica e com telecomunicações;

II - incidirá uma única vez sobre o bem ou serviço;

III - não integrará sua própria base de cálculo;

IV - integrará a base de cálculo dos tributos previstos nos arts. 155, II, 156, III, 156-A e 195, V;

V - poderá ter o mesmo fato gerador e base de cálculo de outros tributos;

VI - terá suas alíquotas fixadas em lei ordinária, podendo ser específicas, por unidade de medida adotada, ou **ad valorem**;

VII - na extração, o imposto será cobrado independentemente da destinação, caso em que a alíquota máxima corresponderá a 1% (um por cento) do valor de mercado do produto.



## 4. PONTOS DE ATENÇÃO E OPORTUNIDADES

### IMPOSTOS SELETIVOS – LC 214/2025

#### Veículos

Alíquota definida conforme:

Eficiência energética  
Reciclabilidade de materiais  
Emissão de gases

Alíquota zero para:

Veículos destinados a taxistas  
Veículos destinados a pessoas com deficiência  
Veículos leves sustentáveis

#### Embarcações e aeronaves

Alíquota fixada com base em critérios de sustentabilidade ambiental

#### Cigarros e produtos fumígenos

Alíquotas escalonadas entre 2029 e 2033

Redução progressiva do ICMS será incorporada durante esse período

#### Bebidas alcoólicas

Alíquota fixada de acordo com o teor alcoólico

#### Bebidas açucaradas

Alíquota será definida conforme regulamentação específica

#### Bens minerais (exceto para exportação)

Alíquota máxima de 2,5%

#### Loterias, apostas e jogos de fantasy sports

Alíquota será fixada conforme legislação específica

#### Minérios (exceto para exportação)

Alíquota máxima de 0,25%

#### Principais pontos sobre o Imposto Seletivo:

- O IS não é calculado com base em seu próprio valor, mas sim incluído nas bases de cálculo do IBS e da CBS;
- O governo defende a tributação do IS na compra de veículos, aeronaves e embarcações, justificando que a medida é necessária devido aos impactos ambientais e à saúde causados pela poluição;
- Para veículos, a proposta sugere que as alíquotas do Imposto Seletivo variem de acordo com características como potência, eficiência energética, emissões de carbono e tecnologia, podendo ser ajustadas com base nesses critérios;
- Incidirá sobre a produção, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente;
- **Arrecadação (50%) será destinada ao FPE e FPM**
- **Arrecadação (10% adicional) exportação para Estados e DF**
- O tributo não será aplicado sobre exportações e poderá ter o mesmo fato gerador e base de cálculo dos demais impostos.





## 4. PONTOS DE ATENÇÃO E OPORTUNIDADES

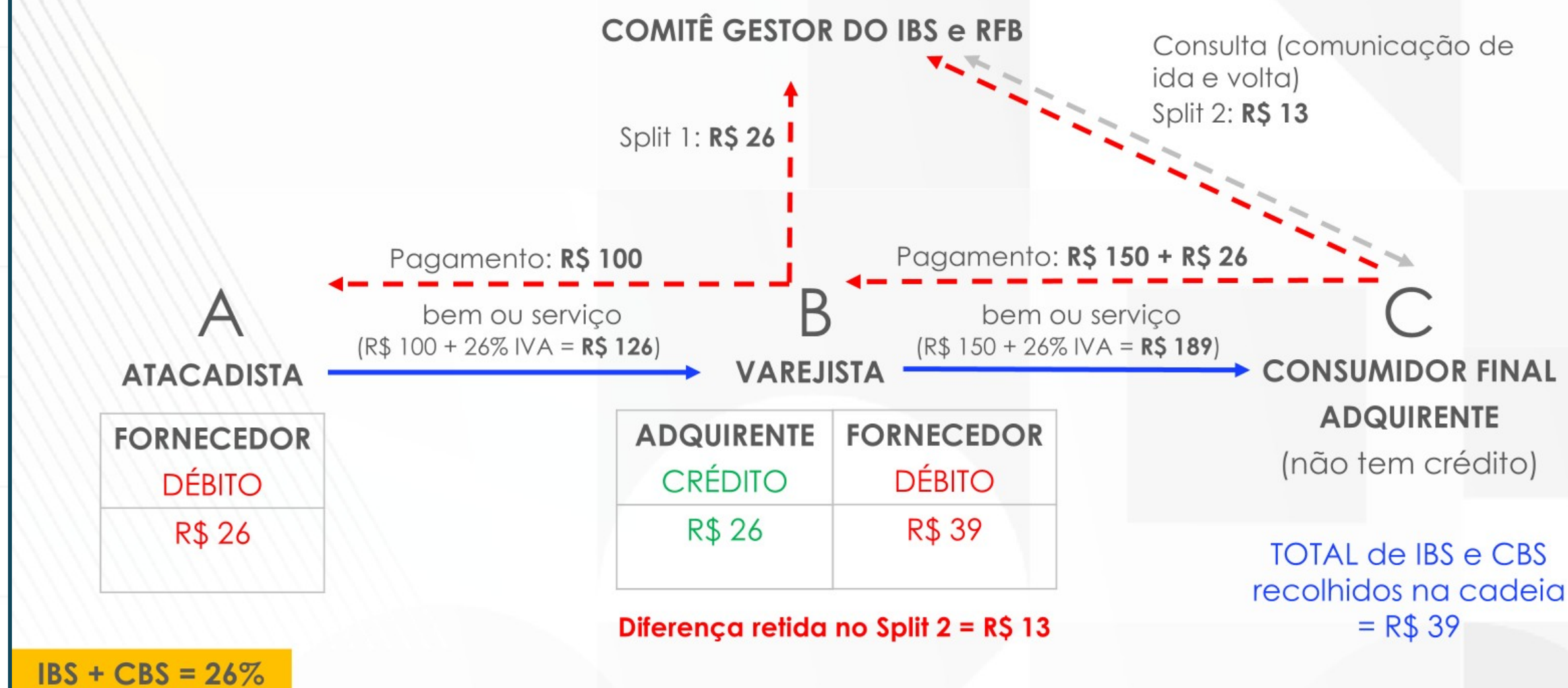
### PLP 68 | Modalidades de *split payment*

- **Split inteligente (art. 32)**
  - Super inteligente (parágrafo 3º):
    - Consulta prévia à RFB e ao CG-IBS (comunicação de ida e volta)
    - Liquidação financeira da transação de pagamento já considerando o valor dos créditos utilizados pelo fornecedor
  - Inteligente (offline) (parágrafo 4º):
    - Segregação e recolhimento à RFB e ao CG-IBS com base nos valores brutos destacados no documento fiscal eletrônico
    - A RFB e o CG-IBS verificam os créditos utilizados pelo fornecedor e transferem a diferença ao fornecedor em até 3 dias úteis
- **Split simplificado (art. 33)**
  - Opcional para o varejo
  - Percentual pré-fixado para todas as operações do mês, calculado pela RFB e pelo CG-IBS, com base no histórico de vendas e de créditos



## 4. PONTOS DE ATENÇÃO E OPORTUNIDADES

### Exemplo 1 | *Split super inteligente*





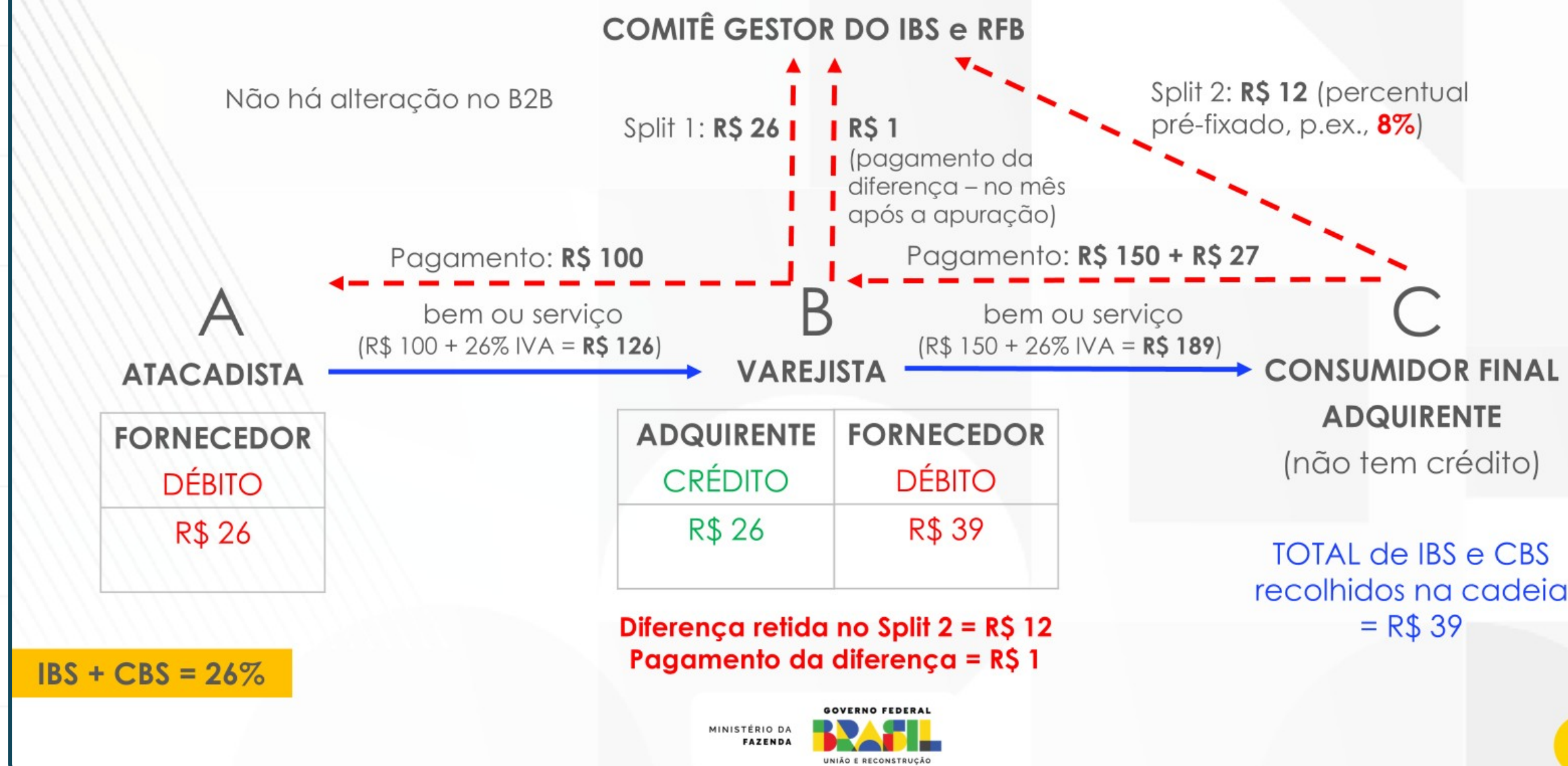
## 4. PONTOS DE ATENÇÃO E OPORTUNIDADES

### Exemplo 2 | *Split inteligente (offline)*



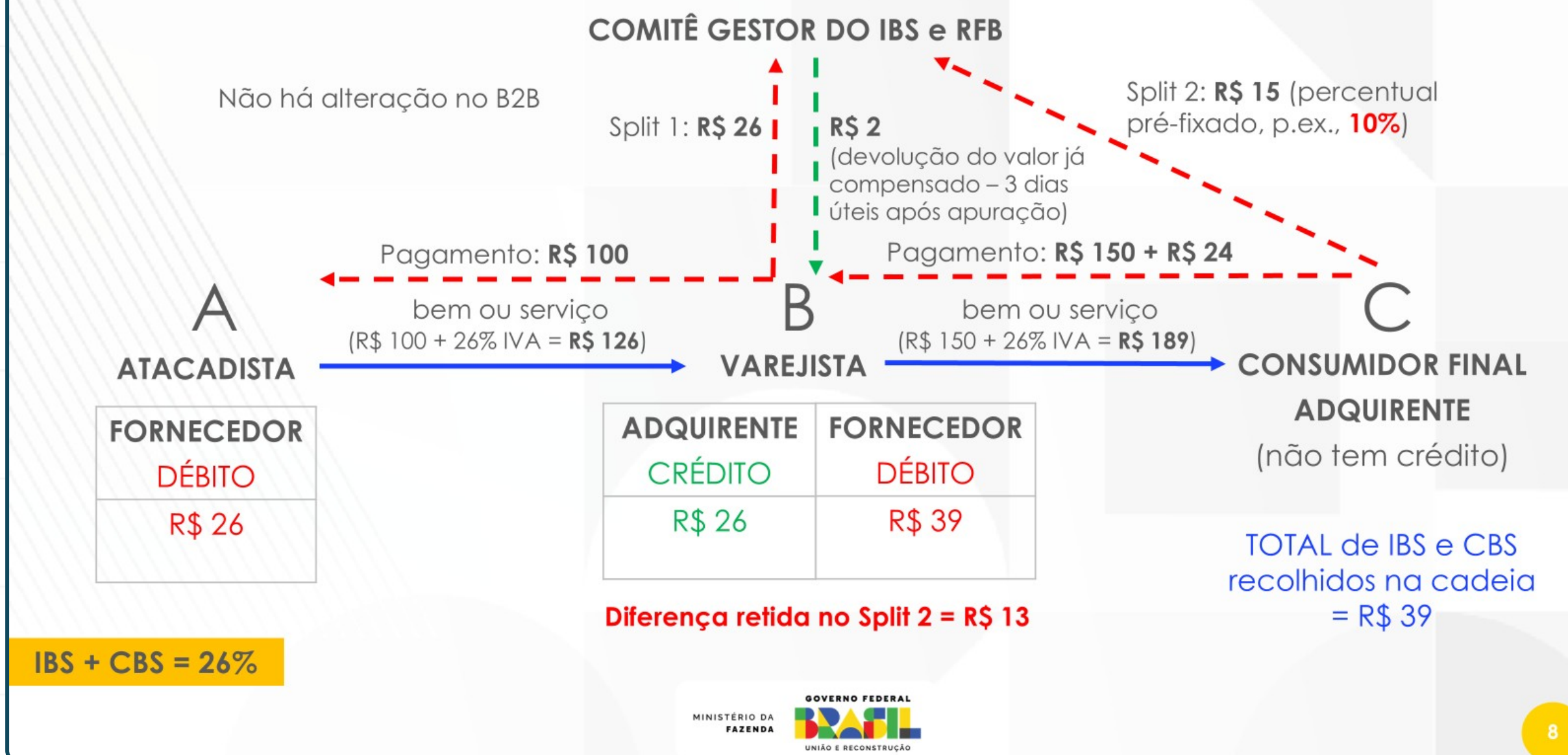
## 4. PONTOS DE ATENÇÃO E OPORTUNIDADES

### Exemplo 3 | *Split simplificado (varejo) - com pgmto da diferença*





## Exemplo 4 | Split simplificado (varejo) - com devolução



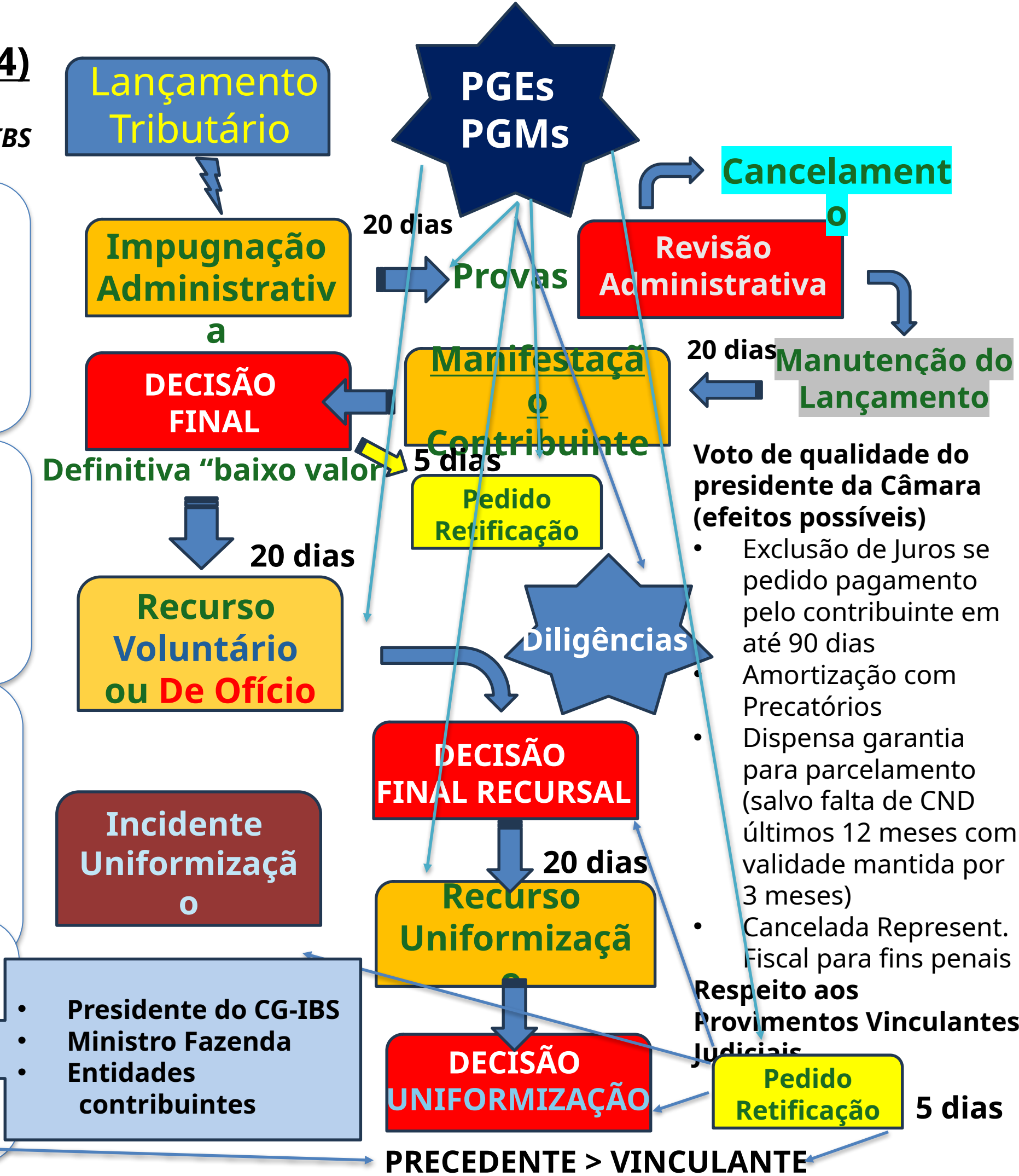
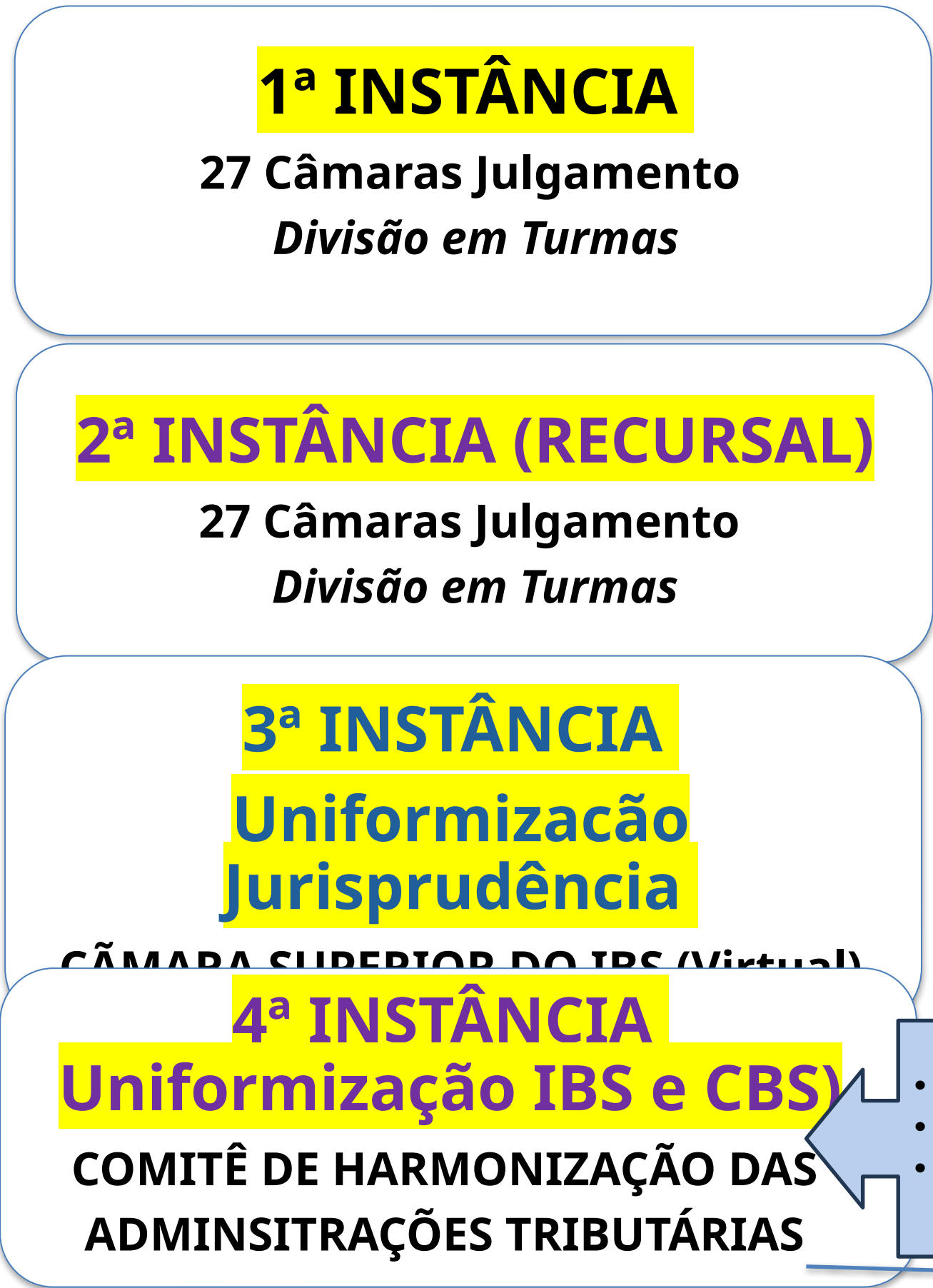
**IBS – Contencioso Administrativo (PLP 108/2024)**  
*CG-IBS pode disciplinar outros procedimentos contenciosos*  
*CG-IBS editará regulamento detalhado do contencioso administrativo do IBS*

Julgadores (387?)  
Mandato de 2 anos  
Requisitos elegibilidade:  
Administração Tributária ?

Turmas 1ª Instância  
(5 membros)  
Presidente; 2 servidores do Estado-credor + 2 servidores do Município-credor

Turmas 2ª Instância  
(9 membros)  
Presidente (Fazenda Pública); 2 servidores do Estado-credor + 2 servidores do Município-credor  
+ 4 Representantes dos Contribuintes (processo seletivo)

Câmara Superior IBS  
Presidente  
4 Estados + 4 Municípios (integrantes de Conselhos Contribuintes por 2 anos)  
8 Contribuintes (processo seletivo)





# IBS (Imposto Sobre Bens e Serviços)

## Contencioso

- LITIGIOSIDADE
- PONTOS CONTROVERTIDOS DO CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO
- CONTENCIOSO JUDICIAL
  - JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA
  - LEGITIMIDADE PROCESSUAL



# IBS (Imposto Sobre Bens e Serviços)

## Contencioso | Controvérsias no PLP 108

- Câmara Nacional de Integração do Contencioso Administrativo do IBS e da CBS
  - Novidade do último substitutivo.
  - Possibilidade de recurso especial à instância de uniformização (CNICA).
  - Recurso da decisão final do CGIBS (IBS) ou do CARF (CBS).
  - Possibilidade de incidente de uniformização perante a CNICA.
  - Legislação comum da CBS e do IBS.
  - Arts.323-G e 323-F, acrescidos à LC 214/25.

### RELATÓRIO DO PLP 108

Suprimimos, ainda, o parágrafo único do art. 111, que previa a oitiva e a participação obrigatórias do Fórum de Harmonização Jurídica das Procuradorias nas reuniões do CHAT. Como as decisões do CHAT vincularão apenas as administrações tributárias dos entes federativos, a oitiva do Fórum não se mostra tão necessária. Ademais, não estava clara a forma da participação alvitada.





# IBS (Imposto Sobre Bens e Serviços)

## Contencioso | Controvérsias no PLP 108

### EXERCÍCIO DE COMPETÊNCIA DECISÓRIA PELO COMITÊ GESTOR

Art. 89. O contencioso administrativo será estruturado, no âmbito das competências do CG-IBS, nas seguintes instâncias: I - primeira instância de julgamento; II - instância recursal; e III - instância de uniformização da jurisprudência **do IBS relativa à legislação específica do IBS**. Parágrafo primeiro. As instâncias de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo serão organizadas por unidade federativa estadual e distrital.

- QUANTIDADE DE JULGADORES (27 Câmaras de primeiro grau, divididas em Turmas + 27 Câmaras Recursais, divididas em Turmas + Câmara Superior do IBS)
- CUSTO x DEMANDA
- REGIONALIZAÇÃO DAS CÂMARAS DE JULGAMENTO



# IBS (Imposto Sobre Bens e Serviços)

## Contencioso | Controvérsias no PLP 108

### DEFINIÇÃO DOS JULGADORES (ART. 89, §3º)

“§ 3º Fica assegurada a paridade de representação entre o conjunto dos Estados e do Distrito Federal e o conjunto dos Municípios e do Distrito Federal em todas as instâncias que compõem a estrutura de julgamento incumbida de decidir o contencioso administrativo relativo ao IBS.

- Paridade:
  - 1ª Instância: **NÃO**
  - 2ª Instância: **SIM**
  - 3ª Instância: **SIM**
- Voto de qualidade





# IBS (Imposto Sobre Bens e Serviços)

## Contencioso | Controvérsias no PLP 108

### REDUÇÃO DO PRAZO RECURSAL

Art. 67 (...)

§ 1º O prazo para impugnação é de 20 (vinte) dias, contado da intimação do lançamento de ofício.

Art. 75 (...)

§ 1º Exceto se houver disposição expressa em contrário ao previsto neste Título, o prazo para a interposição de recurso e das respectivas contrarrazões, quando cabíveis, será de 20 (vinte) dias, contado da intimação do ato recorrido ou da intimação do ato de interposição do recurso, respectivamente.



# IBS (Imposto Sobre Bens e Serviços)

## Contencioso Judicial

### CONEXÃO CBS/IBS – LEGISLAÇÃO ATUAL

CONEXÃO (art. 55, CPC) – ALTERAÇÃO DE COMPETÊNCIA RELATIVA (art. 54, CPC)

Art. 55. Reputam-se conexas 2 (duas) ou mais ações quando lhes for comum o **pedido** ou a **causa de pedir**.

§ 1º Os processos de ações conexas serão **reunidos para decisão conjunta**, salvo se um deles já houver sido sentenciado.

(...)

§ 3º Serão reunidos para julgamento conjunto os processos que **possam gerar risco de prolação de decisões conflitantes ou contraditórias caso decididos separadamente**, mesmo sem conexão entre eles.





# IBS (Imposto Sobre Bens e Serviços)

## Contencioso Judicial

### CONEXÃO CBS/IBS – LEGISLAÇÃO ATUAL

- INTERESSE FEDERAL → ATO DA PGFN/AGU
  - Sem interesse: duplicidade processual (TRF + TJ)
    - Risco de decisões conflitantes;
    - Risco de tempos processuais distintos;
    - Risco de formação de precedentes sem controle



# IBS (Imposto Sobre Bens e Serviços)

## Contencioso Judicial

### CONEXÃO CBS/IBS – LEGISLAÇÃO ATUAL

- INTERESSE FEDERAL → ATO DA PGFN/AGU
  - Com interesse: força atrativa da Justiça Federal art. 109, I, CRFB/1988):
    - *"Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho; [...]"*
  - Dificuldade no reconhecimento da assistência da União no IBS
  - Ausência de conexão, mesmo que na Justiça Federal
  - Esvaziamento da Justiça Estadual/ Perda da especialização no ICMS/ISSQN
  - Volume da Justiça Federal





# IBS (Imposto Sobre Bens e Serviços)

## Contencioso Judicial PROPOSTA DE JUSTIÇA VIRTUAL ESPECIAL

- **Justiça 4.0 (Modelo CNJ) - Modo de organização das serventias judiciais**

- Órgão Nacional;
- Juízo 100% digital;
- Competência territorial ampla (desterritorializado);
- Turmas virtuais;

- **Formação adrede**

- Composição mista/paritária
- Juízes estaduais e federais cedidos
- Regra de remuneração idêntica
- Quinto constitucional?

- **PEC**

- Alteração na estrutura do poder judiciário
- Alteração na competência atrativa da Justiça Federal
- Imposição de conexão obrigatória intersubjetiva
- Alteração na atuação judicial dos entes federados



# IBS (Imposto Sobre Bens e Serviços)

## Contencioso Judicial

### SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL

#### CPC

Art. 18. Ninguém poderá pleitear **direito alheio** em **nome próprio**, salvo quando autorizado **pelo ordenamento jurídico**.

Parágrafo único. Havendo substituição processual, o substituído poderá intervir como assistente litisconsorcial.

#### Substituto → Regime Jurídico de parte

- Poderes processuais;
- Deveres processuais
- Custo de agência
- Dever de diligência
- Ônus processuais





# IBS (Imposto Sobre Bens e Serviços)

## Contencioso Judicial

### SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL

#### FONTE NORMATIVA

- CRFB/1988 → **Alteração de competência constitucional** (art. 156-B, §2º, V e VI);
- Lei
- **Negócio jurídico** → *"hipóteses de delegação e compartilhamento de competências, cabendo ao Comitê Gestor a coordenação dessas atividades administrativas com vistas à integração entre os referidos entes federativos"*



# IBS (Imposto Sobre Bens e Serviços)

## Contencioso Judicial

### POSIÇÕES PROCESSUAIS DO COMITÊ GESTOR DO IBS

- Legitimado ordinário: autor/réu
- Legitimado extraordinário: substituto ativo/passivo (PEC ou convênio)
- Litisconsorte





# IBS (Imposto Sobre Bens e Serviços)

## Contencioso Judicial

### POSIÇÕES PROCESSUAIS DO COMITÊ GESTOR DO IBS

#### PLP 108

Art. 5º Compete ao CGIBS coordenar, com vistas à integração entre os entes federativos, as atividades de cobrança e de representação administrativa, realizadas pelas administrações tributárias, e de cobrança extrajudicial e judicial e de representação administrativa e judicial, realizadas pelas Procuradorias dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

(...)

§ 5º As atividades de cobrança e de representação de que trata este artigo, bem como o indeferimento e a exclusão do Simples Nacional na hipótese do inciso V do art. 17 da Lei Complementar nº 123, de 14 de setembro de 2006, **poderão ser delegadas entre os entes federativos, observadas as diretrizes de coordenação estabelecidas pelo CGIBS, hipótese em que o ente delegatário atuará em nome dos entes federativos delegantes.**



## 5. CONCLUSÕES

- **Ingentes esforços dos MUNICÍPIOS para informação e capacitação fiscal**
- **Investimento na fiscalização do ISSQN para busca do aumento da arrecadação, visando a maior participação na distribuição da receita do IBS (período 2019/2026 – PLP 108)**
- **Investimento em equipes tecnológicas e de auditoria, para poder revisar procedimentos de fiscalização e distribuição de recursos pelo Comitê Gestor**
- **Aprimoramento das fontes tributária e não-tributárias atuais e investimento em fiscalização tributária e inovação financeira e patrimonial.**





# REFORMA TRIBUTÁRIA DE 2024/2025

Impactos e Questões para os próximos 10 anos

## Alterações da EC nº 132/2023 (LC nº 214/2025 e PLP 108) na Tributação Sobre o Consumo e os Impactos Para o Federalismo Fiscal



# O B R I G A D O !

**Ricardo Almeida**

**PGM-Rio | UERJ | EMERJ | ABDF | ABRASF**

**29 de setembro de 2025**

